



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

AMANDA IGLECIAS GUADANHIM MOTTA

**DE CASTELA A AL-ANDALUZ:
O NACIONALISMO ESPANHOL E A COMUNIDADE MARROQUINA EM FOCO**

**MARÍLIA
2023**

AMANDA IGLECIAS GUADANHIM MOTTA

**DE CASTELA A AL-ANDALUZ:
O NACIONALISMO ESPANHOL E A COMUNIDADE MARROQUINA EM FOCO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela de Lima Vieira

**Marília
2023**

M921c Motta, Amanda Iglecias Guadanhim
DE CASTELA A AL-ANDALUZ: : O NACIONALISMO
ESPANHOL E A COMUNIDADE MARROQUINA EM
FOCO / Amanda Iglecias Guadanhim Motta. -- Marília, 2023
82 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Rosângela de Lima Vieira

1. Nacionalismo. 2. Relações Internacionais. 3.
Etnocentrismo. I. Título.

Amanda Iglecias Guadanhim Motta

DE CASTELA A AL-ANDALUZ:
O NACIONALISMO ESPANHOL E A COMUNIDADE MARROQUINA EM FOCO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Rosângela de Lima Vieira
UNESP - Câmpus de Marília
Orientadora

Profª. Michelle Carlesso Mariano
UNESP - Câmpus de Marília

Theo Peixoto Scudellari
UNESP - Câmpus de Marília

Marília, 17 de fevereiro de 2023

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^ª Dra^a Rosângela de Lima Vieira, agradeço o cuidado e compromisso com minha pesquisa e o desenvolvimento deste trabalho, assim como sua contribuição incomensurável ao curso de Relações Internacionais da UNESP FFC, seu carinho aos alunos da graduação e a sua figura incomparável na minha formação como profissional internacionalista.

RESUMO

O século XXI tem observado a emergência de diversos conflitos no Velho Continente, diretamente associados a um dos mais antigos catalisadores de choques entre grupos na Europa, revisto sobre os moldes da contemporaneidade: o nacionalismo. Herdando o desenvolvimento político e histórico da lógica da auto-identificação grupal e nacional, o nacionalismo ressurgiu como objeto de legitimação da nova guinada à direita radical no Ocidente europeu, sendo invocado como resposta a desassociação da antiga “Europa de Estados”, ao fenômeno das migrações inter-estatais e como instrumento de mobilização de massas à agenda neoconservadora de partidos da radical-direita. A Espanha, como seus Estados vizinhos herdeiros do pós-colonialismo, está diretamente centrada sobre a lógica da retomada conservadora dos “dias gloriosos”, observando a emergência de partidos tais quais o VOX, prevendo a construção do “inimigo nacional” sobre a figura do imigrante marroquino, representando o maior contingente étnico de estrangeiros na Espanha. Neste trabalho, serão estudadas as relações de transformação do mito do “mouro invasor” e a memória coletiva da Reconquista Cristã da Península Ibérica como elementos de legitimação da agenda xenófoba e segregacionista de setores nacionalistas radicais castelhanos na Espanha. Neste sentido, a Espanha observou o status de “nacionalismo tardio”, em razão da persistência do modelo regionalista frente aos esforços de centralização política e ideológica, especialmente associada à elementos da política de transformação da “identidade nacional espanhola” introduzidos pela ditadura de Francisco Franco. Observa-se, deste modo, a inter-relação estreita entre a evocação do nacionalismo diacrítico, saudosista e de teor segregacionista e os governos de aspiração autoritária. Ainda sobre essa lógica, constata-se o teor autoritário e racista de partidos da nova direita radical espanhola, mais notadamente o VOX, enquanto procura explorar os efeitos das seguidas crises econômicas e migratórias sobre a Península Ibérica e o Norte da África na última década, procurando apelar ao apoio do “*español que madruga*”, ou a massa operária espanhola nativa, unificando-a contra a figura do “marroquino invasor” e o “muçulmano perverso” enquanto possíveis responsáveis pelas altas taxas de desemprego entre espanhóis castelhanos e a perda de seu padrão de vida médio. O VOX, entretanto, utiliza-se de uma rivalidade histórica, exacerbada pela elevação nacionalista dos “heróis nacionais” da Reconquista Cristã, que retomaram a Península Ibérica da Conquista de 711 por Tariq. A fábula da Reconquista, neste sentido, tem sido explorada historicamente enquanto evoca o perigo da “invasão moura”, subversiva aos valores cristãos ocidentais, constantemente presente enquanto justificativa na Espanha à casos de islamofobia aberta e violenta, tais quais o episódio de El Ejido, nos anos 2000.

Palavras-chave: nacionalismo; direita radical; identidade; migração; autoritarismo; Península Ibérica; Espanha; Marrocos.

ABSTRACT

The 21st century has seen the emergence of several conflicts on the Old Continent, directly associated with one of the oldest catalysts of clashes between groups in Europe, revised according to contemporary standards: nationalism. Inheriting the political and historical development of the logic of group and national self-identification, nationalism resurfaces as an object of legitimation for the new turn to the radical right in Western Europe, being invoked as a response to the disassociation of the former “Europe of States”, to the phenomenon of inter-state migrations and as an instrument of mass mobilization to the neoconservative agenda of radical-right parties. Spain, like its neighboring states, heirs of post-colonialism, is directly centered on the logic of the conservative resumption of the “glorious days”, observing the emergence of parties such as VOX, foreseeing the construction of the “national enemy” on the figure of the Moroccan immigrant, representing the largest ethnic contingent of foreigners in Spain. In this work, the relations of transformation of the myth of the “invading Moor” and the collective memory of the Christian Reconquest of the Iberian Peninsula will be studied as elements of legitimation of the xenophobic and segregationist agenda of radical Castilian nationalist sectors in Spain. In this sense, Spain observed the status of “late nationalism”, due to the persistence of the regionalist model in the face of political and ideological centralization efforts, especially associated with elements of the policy of transformation of the “Spanish national identity” introduced by the dictatorship of Francisco Franco. In this way, the close interrelationship between the evocation of diacritical, nostalgic and segregationist nationalism and governments with authoritarian aspirations can be observed. Still on this logic, the authoritarian and racist content of parties of the new Spanish radical right, most notably VOX, is verified, while seeking to explore the effects of the repeated economic and migratory crises on the Iberian Peninsula and North Africa in the last decade, seeking to appeal to the support of the “español que madruga”, or the native Spanish working mass, uniting it against the figure of the “invading Moroccan” and the “perverse Muslim” as the responsible for the high unemployment rates among Castilian Spaniards and the loss of their average standard of living. VOX, however, makes use of a historical rivalry, exacerbated by the nationalist elevation of the “national heroes” of the Christian Reconquest, who retaken the Iberian Peninsula from the Conquest of 711 by Tariq. The fable of the Reconquista, in this sense, has been historically explored while evoking the danger of the “Moorish invasion”, subversive of Western Christian values, constantly present as a justification in Spain for cases of open and violent Islamophobia, such as the episode of El Ejido, in the 2000s.

Key-words: nationalism; radical-right; identity; migration; authoritarianism; Iberian Peninsula; Spain; Morocco.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Tabela de Imigrantes na Espanha por país de origem (2019)	36.
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 : Estatística de Migrações por País de Nascimento e Total (2008-2021)	36.
---	-----

SIGLAS

CDT - *Confédération Démocratique du Travail*

FMI - Fundo Monetário Internacional

TFUE - Tratados de Funcionamento da União Europeia

VDI - *La Voz de Los Inmigrantes*

ILSEG - *La Investigación Longitudinal sobre la Segunda Generación*

ONG - Organização Não-Governamental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CAPÍTULO 1: A identidade nacional e o nacionalismo	13
1.1. As três abordagens sobre o tema	14
1.2. Uma breve revisão histórica: O Estado e a nação	16
1.3. A nação e a identidade étnica	19
1.4. A cultura	21
1.5. O nacionalismo	24
2. CAPÍTULO 2: Estudo de caso - A Espanha e a comunidade marroquina	31
2.1. O nacionalismo espanhol	31
2.2. Do passado ao presente: de Al-Andaluz à nova corrente migratória contemporânea	35
2.3. Os conflitos	46
CAPÍTULO 3 - Algumas conclusões	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1. INTRODUÇÃO

O nacionalismo é objeto da literatura acadêmica internacional há décadas. Ainda enquanto objeto específico da História Moderna, ou enquanto adentrando os novos campos da Antropologia e Sociologia, o nacionalismo enquanto catalisador de conflitos intergrupais tornou-se de extrema importância para o campo das Relações Internacionais. É inconcebível tratar de soberania, defesa e segurança, direitos individuais e grupais e demais aspectos das sociedades nacionais complexas sem a compreensão da relação íntima entre o nacionalismo e as identidades, as minorias e a identidade nacional na construção e sobrevivência dos Estados contemporâneos. De modo a compor a discussão relativa a estas matérias e demais desdobramentos neste trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com uso exclusivo de obras e material escrito dos autores relevantes à temática do nacionalismo e identidades.

O nacionalismo será *stricto sensu* o sentimento comunal derivado da identidade nacional, enquanto construída a partir do ideário e agenda política de um grupo específico em um Estado, comumente dominante em relação aos demais grupos e identidades comunitárias, enquanto inseridos em um mesmo contexto, sempre provido de simbolismo e finalidade delimitados. O nacionalismo é o conceito que descreve a estruturação ideológica de legitimação do domínio da “nação” de uns sobre outros. Igualmente, o nacionalismo como expressão da identidade nacional homogênea e centrada é uma das expressões deste espectro. Neste trabalho, exploraremos as relações encontradas entre alguns conceitos comumente associados à nação e ao nacionalismo, enquanto partes fundamentais da construção da identidade nacional e suas consequências. Ernest Gellner (1983), um dos autores de base desta Monografia, descreve a exploração das raízes estruturais do nacionalismo como a chave para melhor compreendê-lo, não sendo ele “um fruto de aberração ideológica, nem do excesso emocional”. Ainda que não reconheçam ativamente seu papel neste processo, os membros parte da lógica nacionalista participam diretamente do movimento de ajuste externo às relações sociais entre política e cultura¹.

Assim, o trabalho que segue será dividido em três capítulos: o Capítulo 1 explora as relações teóricas entre os principais elementos que compõem o "nacionalismo" como objeto de pesquisa acadêmica: a "nação ", a "identidade étnica ", a "cultura " e o "nacionalismo ". Nele também serão exploradas as três linhas tradicionais que abordam o nacionalismo como matéria de estudo: as linhas primordialista, construtivista e instrumentalista, respectivamente.

¹ GELLNER, 1983: 35

Para Adeed Dawisha (2002), a nação é uma forma de identidade. Para tanto, os indivíduos se identificam com a nação assim como se identificam com outras formas de organização humana coletiva, como a religião, a tribo, a etnicidade, entre outras. Enquanto essa noção aparece como consenso em diversos pesquisadores do nacionalismo, o debate entre a verdadeira essência deste é dividido constantemente entre elementos da etnicidade e política, e de que maneira se relacionam enquanto partes do ideário nacionalista².

A etnicidade e a identidade étnica individual e/ou grupal são historicamente algumas das faces mais presentes quando adentrarmos o estudo do nacionalismo. Fredrik Barth (1969) construiu uma cadeia teórica em relação à identidade étnica a qual farei uso nesta tese. Em primeiro lugar, Barth prescreve a noção de “fronteiras étnicas”, sendo expressas como os fatores de discernimento entre grupos étnicos, delimitando a dicotomia do pertencimento (“nós” vs. “eles”): os sistemas sociais são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais poliétnicos abrangentes serão construídos, com base nas relações e no movimento de interação e aceitação dos indivíduos em agrupamentos étnicos pré-definidos³.

A identidade étnica e a cultura são intimamente ligadas enquanto intercambiáveis sob as leituras de alguns autores, com ênfase àqueles casos os quais a cultura se torna o fator determinante da diferenciação entre agrupamentos humanos, variado em níveis interpessoais e até nacionais. A cultura originária de um povo é colocada sob alguns fenômenos quando levada à contraste de outras: em situações de intenso contato entre culturas ou até mesmo diásporas, não é necessariamente incorporada ou apagada àquela que da maioria, mas pode tornar-se “diacrítica”, de modo que suas funções serão renovadas de modo a servir a um novo propósito naquele sistema social⁴.

Compreendemos, neste sentido, que a etnicidade é dotada da capacidade de transformar a tradição em ideologia, ao passo que as diversas culturas que compõem um sistema pluriétnico compartilham da experiência de reformulação simbólica, enquanto dotam suas características de poder diferenciável e político. Ao mesmo passo, a tradição distante poderá tornar-se a base dos mitos, sobrecarregados de sentido e saudosismo simbólico ao grupo que à reivindica⁵. Relembramos aqui a possibilidade de que as tradições sejam reformadas ou engrandecidas a despeito da realidade histórica sob a qual são construídas, de modo a glorificar o passado de um grupo e dotá-lo de direito natural e/ou privilégio frente aos

² DAWISHA, 2002: 3

³ BARTH, 1969: 36

⁴ CUNHA, 2009: 236.

⁵ CUNHA, 2009 : 237

demais. Seu sentido tradicional transbordará aquele primitivo⁶. A ideologia pautada nas bases da etnicidade e da cultura é compreendida como a maneira “natural” de um grupo organizar e abordar sua convivência e o mundo ao seu redor. A reprodução de sua forma de sociedade também será “natural”, enquanto a ordem que constrói é legitimada por sua identidade étnica. A etnicidade e a cultura responderão à finalidade de justificar senão incentivar a elevação da ordem de um grupo humano, sendo uma das cartas mestras de movimentos nacionalistas.

Finalmente, serão exploradas neste trabalho algumas das teorias sobre o nacionalismo proeminentes no paradigma atual. Como já exposto, um dos autores mais utilizados nestas exposições será Ernest Gellner (1983). Para Gellner, o nacionalismo será definido como a teoria da “legitimidade política”, compreendendo a consonância política e constantemente ética entre os detentores do poder em um Estado (ou sua deferida “nação”) e sua população⁷. Consequentemente, se os líderes da ordem política vigente forem alheios ou externos à “nação” da maioria, isso representará uma brecha intolerável à lógica nacionalista, uma “violação” ao direito de propriedade política. Gellner associa esse fundamento a casos como: a incorporação de territórios nacionais por parte de outros Estados; a invasão e tomada do poder de um grupo sobre outros e/ou a dominação de uma nação sobre outra.⁸ É sob a luz desta e das demais abordagens teóricas incorporadas que será introduzido o caso a ser estudado enquanto objeto de análise desta tese.

O Capítulo 2 será centrado na apresentação do caso a ser estudado, expondo a total complexidade da relação desenvolvida entre o nacionalismo espanhol castelhano e a comunidade marroquina interna da Espanha. Marroquinos são a maior descendência externa no país, representando a maior comunidade estrangeira do país. Ainda assim, as relações da comunidade marroquina internas à Espanha enquanto parte de processos históricos e contemporâneos são marcados por tensões e escaladas nacionalistas radicais por parte de espanhóis castelhanos. Conforme aponta Arigita (2019), as interações espanholas-marroquinas são únicas em uma perspectiva geográfica e histórica: o intervencionismo espanhol no Norte da África e a herança colonial permeiam as relações interculturais e sociais além do ideário construído do “passado glorioso”, dividido pelos respectivos grupos étnicos enquanto do processo pré e pós-colonial⁹.

⁶ CUNHA, 2009 : 239

⁷ GELLNER, 1983 : 1

⁸ GELLNER, 1983 : 1

⁹ ARIGITA, 2019.

Dentre os marcadores das políticas de contraste étnico na Espanha, o nacionalismo espanhol remete especialmente à herança católica e à islamofobia anti-muçulmana¹⁰. Em vista do quadro sociopolítico apresentado, a inter-relação entre a comunidade marroquina-espanhola e o nacionalismo espanhol compõem o caso central sobre o qual os desdobramentos da pesquisa teórica serão aplicados e estudados. Finalmente, o Capítulo 3 explora os desdobramentos contemporâneos desenvolvidos a partir da problemática em análise, assim como as respectivas conclusões da autora frente à questão proposta e os dados observados nos capítulos anteriores.

¹⁰ DIETZ, 2014.

CAPÍTULO 1: A identidade nacional e o nacionalismo

Conforme Ernest Gellner (1983), a “nação” poderá ser definida somente nos termos prescritos na “era dos nacionalismos”. Neste sentido, a “era dos nacionalismos” é definida como o despertar e auto-afirmação de determinadas nações em detrimento de outras. Nesta auto-afirmação, as condições sociais transformadoras das “altas culturas” tornam-se capazes de incorporar a vida social, assim como populações distintas num mesmo espaço que não somente as elites constroem. Constantemente, modelos educacionais bem definidos e a “unificação de culturas” tornam-se objetos de legitimação e manutenção do ideal de autoidentificação naquela sociedade, marcando o desvio da alta cultura como um escândalo a nível político¹¹. Para Gellner, a auto identificação nestes sistemas é definida como uma “identificação tácita”.

A identificação tácita foi e é historicamente instrumento coercitivo de uma gama diversa de grupos, coordenando as organizações hierárquicas e/ou horizontais naquele agrupamento, variando desde “menores” a “maiores” que nações. Assim, a “vontade” em se identificar a um grupo não será somente condicionada, mas também é ampla demais para delimitar a “nação”. Na Era Moderna, referida por Gellner como a “era dos nacionalismos”, as unidades nacionais tornam-se tentadoras como objeto principal da identificação tácita, em razão da supressão ativa da memória das demais formas de organização sociopolítica enquanto no sistema mundial. Deste modo, associa-se erroneamente a identificação tácita no nacionalismo como um fenômeno universal, exportando os fenômenos de uma era histórica de modo a explicar as demais, assim como os elementos que a constituíram em primeiro lugar.¹²

Quaisquer definições de nações em termos de cultura compartilhada será outra rede que dispõe de muito espaço para interpretação. A história humana é e continua a ser pautada em torno de diferenciações culturais. Fronteiras culturais serão algumas vezes claras e outras turvas; os padrões serão algumas vezes visíveis e simples, enquanto outras vezes serão tortuosas e complexas. Por todas as razões previamente expostas, essa riqueza de diferenciações não poderá convergir com as fronteiras de unidades políticas (a jurisdição de autoridades efetivas), nem com as fronteiras de unidades abençoadas pelo sacramento democrático do consenso e da vontade.

GELLNER, 1983: 54. (Tradução da autora)

Isso não significa, entretanto, que a vontade não constitui parte importante na formação dos grupos sociais de quaisquer dimensões. A organização grupal da humanidade é

¹¹ GELLNER, 1983: 55

¹² GELLNER, 1983: 54

um fenômeno primordial, sejam eles bem definidos ou interligados entre si. Contudo, dois elementos são fundamentais enquanto delimitadores da formação e manutenção dos grupos humanos: a vontade (voluntariedade; a lealdade; a solidariedade, etc.) e a coerção (medo, compulsão, entre outros fatores). Para o autor, os dois elementos constituem um espectro sob o qual os grupos humanos se localizam, sendo raros (se não inexistentes) os casos possíveis enquanto nos polos do espectro. Neste sentido, a maior parte dos agrupamentos humanos são uma mistura dos dois elementos em diferentes intensidades¹³.

O nacionalismo como expressão da identidade nacional homogênea e centrada é uma das fases deste espectro. Neste trabalho, explorarei as relações encontradas entre alguns conceitos comumente associados à nação e ao nacionalismo, enquanto partes fundamentais da construção da identidade nacional e suas consequências. Para Gellner, a exploração das raízes estruturais do nacionalismo será a chave para melhor compreendê-lo, não sendo ele “um fruto de aberração ideológica, nem do excesso emocional”¹⁴. Neste sentido, a lógica nacionalista é dotada da capacidade de incorporar membros e comunidades a seu ideário e agenda política, ainda que os indivíduos incorporados não necessitem reconhecer a real magnitude de seu envolvimento enquanto delimitando as relações sociais entre política e cultura¹⁵.

1.1 As três abordagens sobre o tema

Para Adeed Dawisha (2002), a nação é uma forma de identidade. Para tanto, os indivíduos se identificam com a nação assim como se identificam com outras formas de organização humana coletiva, como a religião, a tribo, a etnicidade, entre outras. Enquanto essa noção aparece como consenso em diversos pesquisadores do nacionalismo, o debate entre a verdadeira essência deste é dividido constantemente entre elementos da etnicidade e política, e de que maneira se relacionam enquanto partes do ideário nacionalista. Em sua obra *“Nation and Nationalism: Historical Antecedents to Contemporary Debates”*, Adeed Dawisha apresenta as três abordagens frente ao estudo das identidades nacionais e do nacionalismo: a primordialista, a construtivista e a instrumentalista. A abordagem primordialista nos remonta ao nacionalismo romântico europeu do século XVIII, nos quais as nações são “vivas” e não “imaginadas”¹⁶.

As nações serão diferenciadas daquelas outras unidades de governo e grupos humanos, já que todos seus membros sem exceção se identificam territorialmente com seu

¹³ GELLNER, 1983 : 53

¹⁴ GELLNER, 1983 : 35

¹⁵ GELLNER, 1983 : 35

¹⁶ DAWISHA, 2002 : 3

Estado-nação graças à sua cultura. A existência social em si será definidora da nação, não por necessidade ou concordância, mas sim pela relação fraterna do nacional e seus iguais, seus laços de sangue e camaradagem. Para o primordialista, a identidade nacional é fixa e imutável, não podendo ser alterada por construções sociais e/ou manipulação¹⁷. Pautando-se em autores como Max Weber, os primordialistas assumem a etnicidade como o fator central da “nação”. Weber advoga a noção da descendência e “essência” comum dos indivíduos como delimitados pela nação, constituindo uma homogeneidade da população. Os primordialistas remontam as relações entre nação e etnicidade à erosão do universalismo cristão europeu na transição à Idade Moderna, na qual, pela primeira vez, Estados como Espanha e Holanda reivindicam seu direito político-nacional pautado em sua etnicidade, diferenciando-se entre si com base em sua “nacionalidade” homogênea, culturalmente e fisicamente particulares e adversas àquela de alemães, poloneses, húngaros, entre outras nacionalidades¹⁸.

A abordagem construtivista, por outro lado, considera a nação como naturalmente mutável, argumentando que “não é possível delimitar uma definição científica de nação” e “o que se é possível desprender é que a nação existirá quando um número suficiente de pessoas em uma comunidade se considere como uma nação”¹⁹. Desta forma, não somente não haverá uma definição fixa de nação, mas a identificação nacional será passível de mudança quando as interações sociais mudarem. O conceito construtivista de nação é inteiramente subjetivo e psicológico, podendo ser concebido como uma “expressão espiritual de comunhão” desprendida da cadeia de relações sociais e suas respectivas estruturas, enquanto incorpora os interesses dos indivíduos, suas percepções e identidades. A cultura, nesta abordagem, pode ser encontrada enquanto componente principal da herança histórica incorporada à nação, sendo seletivamente cultivada enquanto parte de uma gama mais ampla de experiências étnicas²⁰.

Finalmente, a abordagem instrumentalista rejeita as abordagens espirituais e as ligações de “fraternidade e camaradagem”. Os instrumentalistas compreendem a identidade nacional e as nações (e o nacionalismo) como instrumentos de vantagem política e material em potencial. Neste entendimento, as tradições são constantemente moldadas ou inventadas para justificar e alimentar vantagens políticas e econômicas e grupos específicos, fixando a identidade coletiva de um grupo em sua permanência histórica. Como remonta Liah

¹⁷ DAWISHA, 2002 : 4

¹⁸ DAWISHA, 2002 : 3

¹⁹ DAWISHA, 2002. apud: SETON-WATSON

²⁰ DAWISHA, 2002 : 5

Greenfeld (1994), é custoso separar a construção artificial da seleção: uma linguagem de parte de uma população poderá ser imposta a toda uma comunidade e declarada “nativa” desta. Um “território ancestral” pode ser um território dominado via conquista, enquanto parte de uma tradição fabricada e projetada em relação ao passado²¹. Ernest Gellner compartilha a abordagem de Greenfeld, classificando como um mito a perspectiva de nações como um modo “natural e divino” de organização entre os indivíduos. O nacionalismo incorpora culturas pré-existentes e as transforma em nações, ou as inventam²²

O estudo da etnicidade nacionalista é em grande parte o estudo da mudança cultural politicamente induzida [...], o processo no qual elites e contra-elites internos à grupos étnicos selecionam aspectos da cultura de seu grupo, atribuem novos valores e significados a eles, e os utilizam como símbolos para mobilizar o grupo, para defender seus interesses, e para competir com demais grupos. (BRASS, 1991, tradução da autora)

1.2 Uma breve revisão histórica: O Estado e a nação

Para Gellner, o Estado será um dos denominadores principais da execução histórica da nação, sendo um “fator distintivo importante na elevação da divisão social e de trabalho”. Nesta lógica, o Estado será concebido como a ferramenta da especialização e concentração da manutenção da ordem; a instituição (ou o conjunto delas) a qual compete a aplicação da força e coerção em detrimento da ordem e/ou de seus respectivos interesses. Assim sendo, o Estado será também o conjunto de agências de manutenção da ordem, como as forças policiais e as cortes de justiça, enquanto elevadas perante as demais esferas da convivência social.

Dentre as concepções históricas de nação e de nacionalismo tratadas até então, aqueles pré-concebidos pelos filósofos ingleses e franceses prescrevem como indissociável a relação entre Estado e nação: as nações não seriam desenvolvidas arbitrariamente, mas construídas ao longo do tempo, estruturadas em razão das especificidades das esferas sociais e políticas, determinadas em consonância às instituições pertencentes ao Estado que a precede. Embora não exportem a ideia de homogeneidade étnica, Inglaterra e França pautaram sua “nacionalidade” enquanto unidades políticas funcionais ao longo de sua

²¹ GREENFELD, 1994

²² GELLNER, 1983 : 4

história. Associamos às escolas de pensamento inglesas e francesas a lógica precursora à linha construtivista²³.

De todos os países europeus, Inglaterra e França podem demonstrar uma história longa e bem-estabelecida como Estados [...] Nenhum outro país no Ocidente conquistou tão cedo a unificação, a relativa consciência nacional, a *common law* e administração comum. [...] Induzindo na Inglaterra a noção de “Ilha da Virtude” e na França enquanto o símbolo unificador da “Donzela de Orleans”, a guerra teve um papel significativo na criação das identidades nacionais da Inglaterra e França. **DAWISHA, 2002 : 11, tradução da autora**

Cito em consonância com Dawisha pensadores como Rousseau, argumentando o uso intercambiável entre “pátria” e “nação”, compreendendo a nação enquanto o consenso entre os diversos agrupamentos humanos em um Estado sem sê-la, independentemente de sua linguagem e/ou costumes originários. O Estado será dotado do governo e sistema de leis que provê aos cidadãos a conformidade para compor uma nação. Ademais, os ideais de liberdade individual idealizados por John Locke e Stuart Mill trabalham em consonância à noção construtivista, enquanto o “consenso entre os povos e a prática de seu livre arbítrio” será natural e indissociável da nação²⁴.

Em contrapartida, a nação primordialista nasce de uma separação marcada entre si e o Estado, especialmente pautada nas teorias nacionalistas alemãs e o *Volk*. O discurso alemão à partir da segunda metade do século XVIII foi fortemente influenciada pelo Romantismo, enquanto rejeitava o Iluminismo francês e a “Idade da Razão”²⁵. O conceito de “*Volk*” foi uma das expressões dessa renovação ideológica, enquanto base do nacionalismo cultural alemão: conceitualizado por Johann Herder, o *Volk* será determinante não somente do povo, mas da relação metafísica entre a identidade cultural inata dos indivíduos e seu pertencimento²⁶. Com base nestes princípios, a nação não será uma construção de esfera política, mas cultural, precedendo Estados enquanto já existentes em um passado histórico originário comum. As nações serão meios orgânicos e essenciais em si e à seus membros.

Diferentemente das experiências históricas e sociopolíticas dos ingleses e franceses, o Estado alemão teve sua unidade consagrada somente em meados do século XIX. Neste sentido, a lógica nacional não poderá usar-se de bases como a unidade estatal ou suas leis. Para Dawisha, é natural (ou ao menos justificável) que o ideário englobado pelo *Volk* tenha

²³ GELLNER, 1983 : 4

²⁴ DAWISHA, 2002 : 14

²⁵ DAWISHA, 2001 : 7

²⁶ DAWISHA, 2001 : 7, apud: HERDER

sido fundamental para a organização social alemã: sua “originalidade étnica e linguística” deverá ser pautada em termos de uma nação “livre das influências externas da antiguidade clássica; as verdadeiras raça e cultura puras”²⁷.

A linha instrumentalista, por outro lado, compreende a relação entre o passado histórico e as instituições políticas e sociais de uma maneira alheia às duas primeiras. O instrumentalismo concebe a história escrita (assim como a linguagem escolhida para fazê-la) como ferramentas de construção da “consciência nacional”, delimitando a essência da composição proposital do ideário histórico, do qual o “nacionalista ardente” alimenta sua narrativa. O passado imemorial é uma das chaves da história construída: a elevação de “heróis nacionais”, figuras históricas propositalmente glorificadas, grandes conquistas e a unidade ancestral que representa a “excelência da nação”. A glória do passado será o capital social sob o qual se construirá a ideologia nacional. Compreende-se que a retomada do passado construído imemorial não somente representa a glorificação das conquistas e o heroísmo nacional, mas o sombreamento proposital das faces menos gloriosas e mais perversas da história de um grupo social²⁸.

A exemplo prático da lógica instrumentalista, retomamos Rousseau. Rousseau, considerado aqui como um intelectual construtivista, buscou exportar a educação como a ferramenta principal da organização social, enquanto “estrutura a essência dos cidadãos à maneira nacional, direcionando suas vontades e opiniões à inclinação patriótica, por paixão ou necessidade [...] o recém-nascido deverá olhar sobre sua pátria ao abrir os olhos, até o dia de sua morte”²⁹. A proposta de Rousseau prescreve a educação infantil de modo a dotar os cidadãos ciclicamente da tradição de seu país, assim como suas especificidades enquanto nação politicamente determinada, uma relação simbiótica entre a convivência social e o indivíduo nacional. Assim sendo, Dawisha concebe a história escrita e a acadêmica como constantemente desassociadas de objetividade, servindo à um propósito previamente delimitado. A história construída à luz da lógica nacionalista não será ferramenta de estudo, mas sim um instrumento político com a finalidade de ser explorado e manipulado conforme os interesses nacionais o determinem³⁰.

²⁷ DAWISHA, 2002 : 9

²⁸ DAWISHA, 2002 : 17.

²⁹ DAWISHA, 2002. apud: ROUSSEAU

³⁰ DAWISHA, 1993 : 18

1.3 A nação e a identidade étnica

Como mencionado na seção anterior, a etnicidade e a identidade étnica individual e/ou grupal são historicamente algumas das faces mais presentes quando adentramos o estudo do nacionalismo. Fredrik Barth (1969) construiu uma cadeia teórica em relação à identidade étnica a qual farei uso nesta tese. Barth desenvolve o conceito de “fronteiras étnicas”, incorporando a si o sentido que prescreve os elementos de discernimento entre grupos étnicos, essencialmente utilizados para delimitar a diferenciação base do modelo nacionalista, ou o “nós” versus. “eles”: os sistemas sociais são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas poliétnicos abrangentes serão construídos, com base nas relações e no movimento de interação e aceitação dos indivíduos em agrupamentos étnicos pré-definidos³¹.

Deste modo, as relações sociais sob as quais os grupos étnicos serão delimitados serão estáveis e persistem, especialmente entre aqueles dicotomizados - os quais “nós” e “eles” são diferenciáveis de maneira aguda. A identidade étnica sob a percepção de Barth determina e restringe as áreas de atuação do membro pertencente, como uma “identidade imperativa”, ou seja, que o comportamento do indivíduo será delimitado por sua identidade enquanto este for parte de um grupo determinado, e a suas condutas deverão ser condizentes enquanto membro, ainda que pertença a uma sociedade pluriétnica complexa³². A identidade étnica será, então, presente nas mais diversas áreas da vida coletiva e individual: como uma identidade imperativa, ela assemelha-se à posição social, não podendo ser denunciada ou abandonada temporariamente, e definindo convenções sociais e morais sob as quais as identidades singulares serão demarcadas.

As convenções cujos membros de um grupo deverão prever serão compostas por padrões valorativos, constantemente diferenciando-se entre si em sistemas compostos (mais de um grupo compartilham da convivência em uma mesma sociedade). Neste sentido, a interação étnica também será restrita aos valores pré-definidos daquele grupo e dos demais, ao passo que o desencontro moral entre um indivíduo e seu grupo será digno de condenação. Barth relembra o papel da complementaridade de interesses em sistemas poliétnicos, enquanto restritivos do potencial de grupos étnicos minoritários em detrimento daquele dominante, frequentemente o dirigente do regime político. Tratando da inter-relação entre agrupamentos humanos nestes sistemas, diversas maneiras de interação poderão emergir deste contato.³³ Dentre os mais comuns na contemporaneidade, a monopolização dos meios

³¹ BARTH, 1969 : 36

³² BARTH, 1969 : 28

³³ BARTH, 1969 : 38

de produção por parte de um grupo em específico delimita a estrutura social sob a qual a interação entre o grupo dominante e os demais será prescrita. Neste critério, a articulação política será a base para a acomodação dos interesses diversos e/ou a competição aberta entre grupos em dada sociedade³⁴.

Tratando-se da sobrevivência daqueles grupos minoritários (aqui compreendidos como “não-dominantes”), Barth argumenta a disposição dos indivíduos ou agrupamentos em algumas opções de acomodação enquanto participantes destes sistemas: em primeiro lugar, a tentativa de migrar e incorporar-se ao grupo ascendente; aceitar seu status de minoria enquanto buscam reduzir suas discrepâncias nas diversas atividades sociais; ou enfatizar sua identidade étnica diversa, buscando ativamente a reestruturação das relações as quais não incorporam direta ou indiretamente³⁵. Contudo, especialmente naqueles contextos políticos os quais a segurança é deficitária e marcada pela arbitrariedade, o enfraquecimento das demais identidades enquanto desviantes em relação à identidade nacional pode ocorrer em detrimento da necessidade de adequação dos indivíduos à norma social estabelecida naquele sistema. É essa correlação entre a identidade étnica e nacional nos sistemas pluriétnicos que Güneş Murat Tezcür e Mehmet Gurses (2017) exemplificam.

Em sua obra *“Ethnic Exclusion and Mobilization: The Kurdish Conflict in Turkey”*, Tezcür & Gurses (2017) prescrevem o efeito da “mobilidade étnica” enquanto fenômeno social na organização política dos extratos dominantes em um contexto nacionalista. O conflito entre as forças de segurança da Turquia e insurgentes curdos levanta um debate frente à preservação (ou desistência) das identidades étnicas plurais enquanto parte das “nações”, em especial, questões como os limites do vínculo entre o poder político e a etnicidade, enquanto restringindo o acesso de grupos humanos à representação e o acesso às políticas de Estado. Os autores argumentam a baixa adesão à mobilização étnica daqueles membros de grupos em “desvantagem”, enquanto observam canais de ascensão, sem que necessitem abrirem mão de sua identidade étnica³⁶. Assim, a mobilização étnica será pouco relevante naquelas sociedades as quais a representação política em alto escalão dos diversos grupos que as compõem é significativa.

Nestes Estados-nação, os membros das minorias étnicas estão comumente associados a cadeias de relações entre indivíduos do mesmo grupo e/ou identidades provinciais, incorporando sua etnicidade à esfera política. Entretanto, a discriminação étnica nestes

³⁴ BARTH, 1969 : 42

³⁵ BARTH, 1969 : 62

³⁶ TEZCÜR & GURSES, 2017 : 213

espaços não é nula, mas sim mascarada enquanto o sistema político for dotado de ferramentas de assentamento de demandas.³⁷ Consequentemente, Tezcür & Gurses (2017) argumentam a capacidade da exclusão étnica e política enquanto estruturando interações violentas e/ou pacíficas de mobilização étnica em Estados-nação.

Primeiramente, o acesso ao poder estatal na Turquia tem uma forte tendência étnica. Cidadãos turcos nascidos em áreas curdas são menos prováveis de ocupar posições de influência política comparados aqueles cidadãos nascidos em regiões não-curdas. Ademais, esse padrão de baixa representação precede a emergência do conflito armado e não é necessariamente uma consequência da insurgência violenta. A exclusão étnica é a causa primária da mobilização étnica. Ao mesmo tempo, a variação no acesso ao poder ao longo das províncias curdas é um principal fator de influência dos movimentos nacionalistas curdos, ambos eleitorais e armados. **TEZCÜR & GURSES, 2017 : 214. (Tradução da autora)**

Para os autores, a emergência dos Estados-nação após a queda dos impérios cimentou a etnicidade enquanto componente dos conflitos políticos até a contemporaneidade: grupos excluídos do poder político fomentam a instabilidade nestes nova ordem política contestando a ordem vigente, podendo acusá-la de ilegítima enquanto violadora do princípio da autodeterminação. Neste meio, as elites estatais poderão desenvolver práticas discriminatórias além daquelas sistêmicas, em resposta à mobilização étnica dos grupos minoritários que contestam a autoridade estatal. Ou seja, ainda que o favorecimento de uma classe étnica não seja primordialmente a raiz da discriminação sistêmica, a etnicidade poderá desenvolver-se enquanto objeto de opressão estatal³⁸.

Membros de uma minoria que observam seus congêneres étnicos de uma mesma localidade conquistarem posições de poder serão menos prováveis a desenvolver fortes identidades étnicas e apoiar etno-nacionalismos. Em contraste, nas situações às quais membros de uma minoria percebem suas rotas de desenvolvimento pessoal como bloqueadas, estes serão mais prováveis a desenvolver fortes identificações grupais e reconhecer lutas coletivas como uma maneira alcançável de reformular sua realidade. **TEZCÜR & GURSES, 2017 : 215. (Tradução da autora)**

1.4 A cultura

A identidade étnica e a cultura são intimamente ligadas, enquanto intercambiáveis sob as leituras de alguns autores, com ênfase àqueles casos os quais a cultura se torna o fator

³⁷ TEZCÜR & GURSES, 2017 : 214

³⁸ TEZCÜR & GURSES, 2017 : 215

determinante da diferenciação entre agrupamentos humanos, variando em níveis interpessoais e até nacionais. A cultura originária de um povo é exposta à alguns fenômenos quando levada à contraste de outras: em situações de intenso contato entre culturas ou até mesmo diásporas, não é necessariamente incorporada ou apagada àquela que da maioria, mas pode tornar-se “diacrítica”, de modo que suas funções serão renovadas de modo a servir a um novo propósito naquele sistema social. Enquanto diacrítica, poderá acentuar-se, tornando-se mais restrita e simbólica. A língua é um dos exemplos clássicos dessa nova relação entre culturas, enquanto tornou-se objeto de diferenciação em disputas nacionalistas, organizando a percepção do mundo de um grupo humano e, por exemplo, sendo instrumento de pauta de movimentos separatistas que enfatizam dialetos.³⁹

A partir das construções de cultura idealizada de Clifford Geertz, Manuela Carneiro da Cunha (2009) compreende a base simbólica da cultura como uma ferramenta de sua idealização enquanto instrumento de diferenciação. Cunha, em seu texto *“Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”*, prevê a “acentuação” da cultura de um grupo quando colocada em perspectiva frente àquela de um outro diferenciável ao originário: o sistema simbólico da cultura é também seu diferenciador natural. A cultura original de um grupo étnico não se perde, mas torna-se cultura de contraste. Conforme a autora, a construção da identidade étnica conta com elementos culturais extraídos da tradição, associado aos signos e seus respectivos significados relativos às funções que desempenham. Dentre as funções, a de maior consenso entre os autores será aquela de organizar as interações sociais de um grupo. Dentre os traços diferenciadores das identidades étnicas, Cunha argumenta o papel dos traços diacríticos frente a diferenciação de grupos inseridos em sistemas poliétnicos.⁴⁰

Compreendemos, neste sentido, que a etnicidade é dotada da capacidade de transformar a tradição em ideologia, ao passo que as diversas culturas que compõem um sistema pluriétnico compartilham da experiência de reformulação simbólica, enquanto dotam suas características de poder diferenciável e político. Ao mesmo passo, a tradição distante poderá tornar-se a base dos mitos, sobrecarregados de sentido e saudosismo simbólico ao grupo que à reivindica⁴¹. Relembramos aqui a possibilidade de que as tradições sejam reformadas ou engrandecidas a despeito da realidade histórica sob a qual são construídas, de modo a glorificar o passado de um grupo e dotá-lo de direito natural e/ou privilégio frente aos demais. Seu sentido tradicional transbordará aquele primitivo (à maneira do nacionalismo

³⁹ CUNHA, 2009 : 237

⁴⁰ CUNHA, 2009 : 237

⁴¹ CUNHA, 2009 : 237

primordialista)⁴². A ideologia pautada nas bases da etnicidade e da cultura é compreendida como a maneira “natural” de um grupo organizar e abordar sua convivência e o mundo ao seu redor. A reprodução de sua forma de sociedade também será “natural”, enquanto a ordem que constrói é legitimada por sua identidade étnica. A etnicidade e a cultura responderão à finalidade de justificar senão incentivar a elevação da ordem de um grupo humano, sendo uma das cartas mestras de movimentos nacionalistas contemporâneos.

Similarmente, a religião aproxima-se ao uso simbólico das culturas nestes sistemas. Ecoando as ideias de Maoz & Henderson (2020), a religião poderá tornar-se um objeto primordial da identidade nacional e da política. Para os autores, a religião como uma força no sistema internacional é estreitamente associada à lógica das identidades comunitárias. Em relação aos Estados, eles compreendem que a influência da religião será determinante enquanto esta for um elemento crucial da construção daquela identidade nacional. A religião, em alguns sistemas, será parte fundamental dos mitos nacionais (ou seja, ela o fator de reivindicação do direito natural de um grupo). No ideário primordialista, a religião definirá a conduta de uma sociedade, enquanto justifica as ações políticas e/ou de dominação do povo que a prescreve⁴³.

Ele definirá o curso moral da conduta nos níveis individuais e coletivos, podendo envolver a dominação “justa” e controle geopolítico de lugares sagrados, assim como prevê a sacralização de indivíduos transformados em heróis nacionais. Maoz & Henderson relembram o status intercambiável (ou quase) entre instituições políticas e instituições religiosas em alguns Estados. Em outros casos, a visão primordialista da religião não influencia a organização política da sociedade, prevendo a separação entre as esferas religiosas e sociopolíticas, contendo a influência da religião nas relações domésticas e internacionais. Consequentemente, o poder e os interesses serão delineados por bases étnicas, linguísticas e políticas em detrimento das religiosas⁴⁴. Naqueles países em que a religião e a política são interligadas, aquela constantemente definirá o *ethos* nacional, a história nacional (factual ou construída) e a identidade coletiva daquela sociedade⁴⁵.

Por conseguinte, o fator religioso torna-se objeto de diferenciação e conflito entre Estados desta natureza, marcando as relações externas entre eles, em especial enquanto atores do sistema internacional que compartilham regiões ou símbolos de significância sagrada. Deste modo, a identidade enquanto prescrita pela religião poderá determinar o levante ou

⁴² CUNHA, 2009 : 239

⁴³ MAOZ & HENDERSON, 2020 : 64

⁴⁴ MAOZ & HENDERSON, 2020 : 66

⁴⁵ MAOZ & HENDERSON, 2020 : 70

queda de líderes políticos e seus seguidores, a autoidentificação de povos a sua respectiva nação primordial, a percepção popular frente a moralidade das ações políticas dos governantes, entre outras diversas faces da convivência comunitária doméstica e da política externa de seu Estado. Neste sentido, a compreensão pública frente à segurança e o bem-estar social também serão afetados pelo *ethos* religioso.⁴⁶ Consequentemente, compreendemos que Estados que compartilham de uma mesma religião e/ou assemelham-se em sua religiosidade serão menos propensos ao conflito internacional.

Na próxima seção, aprofundaremos a abordagem instrumentalista sob o nacionalismo. Para Maoz & Henderson, o instrumentalismo será racionalista por natureza, compreendendo a construção de objetivos e estratégias de poder e dominação por parte de elites políticas, constantemente utilizando-se dos símbolos aqui discutidos para fazê-la. A etnicidade, a religião, as instituições e ideologias serão parte crucial destas lógicas de dominação, a serem mais profundamente exploradas nos capítulos que seguem.⁴⁷

1.5 O nacionalismo

Finalmente, serão exploradas nesta seção algumas das teorias sobre o nacionalismo proeminentes no paradigma atual. Como já demonstrado, um dos autores mais utilizados nestas exposições será Ernest Gellner (1983). Para Gellner, o nacionalismo será definido como a teoria da “legitimidade política”, compreendendo a consonância política e constantemente ética entre os detentores do poder em um Estado (ou sua deferida “nação”) e sua população⁴⁸. Consequentemente, se os líderes da ordem política vigente forem alheios ou externos à “nação” da maioria, isso representará uma brecha intolerável à lógica nacionalista, uma “violação” ao direito de propriedade política. Gellner associa esse fundamento a casos como: a incorporação de territórios nacionais por parte de outros Estados; a invasão e tomada do poder de um grupo sobre outros e/ou a dominação de uma nação sobre outra.⁴⁹

Existe uma variedade de maneiras em quais o princípio nacionalista poderá ser violado. O limite político de um dado Estado pode falhar em incluir todos os membros da nação apropriada; ou poderá incluí-los em totalidade enquanto também inclui alguns estrangeiros; ou pode falhar em ambos estes casos de uma vez não incorporando todos os nacionais, incluindo alguns não-nacionais. Ou, novamente, a nação poderá sobreviver, não misturada

⁴⁶ MAOZ & HENDERSON, 2020 : 70

⁴⁷ MAOZ & HENDERSON, 2020 : 72

⁴⁸ GELLNER, 1983 : 1

⁴⁹ GELLNER, 1983 : 1

com estrangeiros, em uma multiplicidade de Estados, de modo que nenhum Estado individualmente poderá afirmar ser o verdadeiro nacional.
GELLNER, 1983 : 1. (Tradução da autora)

Acrescentarei à discussão de Gellner a perspectiva de Ben-Israel (1992), como vista em sua obra *“Nationalism in Historical Perspective”*. Ben-Israel define o nacionalismo como uma ideologia moderna da política, dotada de princípios e variáveis e, ainda que não seja concreta, poderá ser desprendida dos fenômenos históricos. Desta forma, é errôneo pensar somente em níveis de “movimentos nacionalistas”, mas sim no nacionalismo como um ideologia⁵⁰. Desta maneira, será possível compreender a complexidade das relações entre nações em potencial e demais atores do sistema internacional enquanto historicamente em construção e dissolução, e/ou enquanto interseccionadas entre si. Naturalmente, para Ben-Israel, uma unidade política só poderá ser etnicamente homogênea se erradicar deliberadamente, assimilar ou exportar todos aqueles indivíduos classificados como “não-nacionais”. Ademais, a implantação do princípio nacionalista tenderá a ser dificilmente pacífica.

Gellner não reconhece, igualmente, uma entidade histórica de nome “nacionalismo”. Para o autor, a doutrina “nacionalismo” advoga a capacidade inata de grupos étnicos e/ou culturais de serem dotados de direitos políticos, e seus demais desenvolvimentos sendo fruto da progressão histórica. O princípio nacionalista não é facilmente negado ou contestado, enquanto verdadeiramente é algo alheio ao que prega. Como já exposto na seção anterior, as culturas que revive e reconstrói são constantemente modificadas de modo a atender cada uma de suas formas individuais e específicas nas condições sociopolíticas às quais prescreve sua nação, ou aquele Estado.⁵¹ O nacionalismo não será, em muitos casos, simétrico ou coerente. De fato, como argumenta Ben-Israel enquanto retoma Kant: a tendência de escusar as ações inadequadas àqueles que compartilhamos ideais é uma “fraqueza humana” que invade o sentimento nacionalista. Ou, em outros termos, a eficácia da lógica de dominação político-social do nacionalismo seria menos coercitiva se as más práticas ou erros da nação fossem incorporados ao discurso do direito primordial, assim como a diferenciação moral entre “nós e eles” seria menos expressiva.

Gellner relembra o conceito durkheimiano que denuncia a adoração religiosa, como sendo em verdade as sociedades adorando sua própria imagem camuflada. O autor acusa as sociedades na “era nacionalista” de cultuarem-se em sua própria imagem camuflada: as

⁵⁰ BEN-ISRAEL, 1992 : 388

⁵¹ BEN-ISRAEL, 1992 : 388

doutrinas e simbologias, assim como heranças rituais e valorativas são ativamente distorcidas ou diluídas em significado e relevância histórica, servindo a um auto funcionalismo que prega a idolatria da nação, assim como construída sobre recortes da cultura tradicional. Para manter-se, a ideologia nacionalista deverá ocultar a verdadeira diferenciação entre o tradicional histórico e o mito construído⁵².

Karl Umbrasas (2017) explora mais profundamente em sua obra *“Psychopolitics of the Current Nationalism”* os desdobramentos do nacionalismo como ideologia no cenário contemporâneo. A nível doméstico, o nacionalismo tende a inflamar conflitos em sociedades pluriétnicas, especialmente acentuadas entre apoiadores e contestadores da ideologia naquele Estado. Ameaças à estabilidade governamental, a contestação das instituições e órgãos de administração política e justiça, assim como ataques à regimes legislativos estão entre os efeitos da guerra informacional de cunho nacionalista no plano contemporâneo. Em casos de crise generalizada, a violência poderá ser desencadeada, de modo que a legitimidade das instituições de manutenção da estabilidade seja rejeitada⁵³.

A fim de conter levantes de altas proporções ou deter a ascensão política da classe nacionalista, as lideranças políticas poderão “exilar” os nacionalistas da participação política por meio da exclusão (expressa ou implícita). Dentre os exemplos, a estigmatização ou a tentativa de apagamento. Entretanto, a alienação destes grupos constantemente os dota de pretexto para alimentar a narrativa de privação de seus direitos naturais por parte da ordem governamental vigente e dos grupos de “elite” que a alimentam. Para Umbrasas, a globalização caracteriza uma afronta moral ao nacionalismo como ideologia. Neste cenário, as práticas de exclusão que estão acometidas serão mais uma das justificativas da negação de seus direitos pelos “outros”, especialmente apontados às elites e aos globalistas, além de uma ferramenta de movimentação de massas e apoiadores⁵⁴.

No campo internacional, o nacionalismo é pioneiro enquanto estopim de conflitos. Sob as bases do nacionalismo de contraste (“nós VS eles”), a criação de “inimigos nacionais” é quase natural, enquanto pode sugerir associações de não-nacionais domésticos a aliados estrangeiros e suas agendas de “perversão dos ideais nacionais”. Em virtude dessa lógica, interesses de grupos nacionais constantemente favorecerão políticas agressivas, organizando estrategicamente uma política externa hostil, que poderá progredir para as guerras

⁵² GELLNER, 1983 : 56

⁵³ UMBRASAS, 2017 : 38

⁵⁴ UMBRASAS, 2017 : 38

nacionalistas de oportunidade. Contudo, é consenso entre diversos autores que diferentes nacionalismos são dotados de diferentes graus de pretensão ao conflito internacional⁵⁵.

Gretchen Schrock-Jacobson (2011), por exemplo, observa em *“The Violent Consequences of the Nation: Nationalism and the Initiation of Interstate War”* a necessidade da mobilização de massa das elites políticas para alcançar seus objetivos, desde o controle de determinado território vizinho até a defesa das empresas domésticas frente a globalização. Para tanto, elites políticas poderão recorrer à retórica nacionalista para fazê-los. Seus objetivos tornam-se parte do “ideário nacional”, de forma que defendê-los será defender o poder e a integridade da nação. A única exigência para acoplar as ideias efetivamente é que os objetivos sejam inteira ou parcialmente relacionáveis à simbologia nacional construída⁵⁶.

Constantemente na literatura sobre nações e nacionalismo encontramos autores que prescrevem a autodeterminação dos povos como um dos fatores que discernem o nacionalismo das demais ideologias. Contudo, é necessário compreender a diferenciação fundamental entre nacionalismo e autodeterminação: a autodeterminação corresponde ao direito de quaisquer grupos de determinar sua própria liderança, assim como a extensão dos direitos dos indivíduos que os compõem. O nacionalismo, por outro lado, assume a identidade contínua e comum de todos os indivíduos parte de uma nação. Deste modo, os direitos individuais não serão somente prescritos pelo consenso entre um grupo, mas pela natureza inata da nação que dele deriva.⁵⁷

Em suma, o nacionalismo também é dotado de um elemento de farsa, uma auto-ilusão enquanto ideologia dotada de elementos da cultura: o nacionalismo é constantemente a sublevação de uma cultura dominante naqueles sistemas os quais previamente culturas secundárias foram incorporadas à vida da maioria dos indivíduos ou como um todo. Ele busca constituir uma sociedade impessoal composta por indivíduos que compartilham desta cultura como amálgama, tomando o lugar das antigas relações complexas entre grupos humanos contrastantes e suas respectivas culturas populares tradicionais.⁵⁸

Para Schrock-Jacobson, a sociedade ocidental seria o berço da proliferação de nacionalismos perversos. Com o advento da comunicação globalizada via Internet, as mídias sociais tornaram-se um centro hábil para propagandas nacionalistas e movimentos massivos de desinformação, ou “fake-news”, de modo a incitar antagonismos socioculturais de

⁵⁵ SCHROCK-JACOBSON, 2021 : 826

⁵⁶ SCHROCK-JACOBSON, 2021 : 828

⁵⁷ BEN-ISRAEL, 1992 : 374

⁵⁸ GELLNER, 1983 : 57

natureza doméstica ou internacional. Graças à nova amplitude dos impactos da desinformação e das políticas de Estado no mundo globalizado, a autora prevê um menor período de germinação para nacionalismos “malignos”.⁵⁹

Ainda, a globalização é prevista como a causadora de outros embates de natureza política que alimentam a associação popular à grupos nacionalistas: a diminuição dos níveis salariais do empregado médio, assim como o desemprego, a mudança cultural e um futuro social incerto, entre outros efeitos da lógica da globalização no capitalismo contemporâneo permitem a propagação do discurso nacionalista, sendo construído sob o *imago* do retorno aos “dias melhores” de passado (seja ele inventado ou real) de melhores salários, emprego para os trabalhadores médios, e demais benefícios usurpados pela lógica globalista⁶⁰.

Não estranhamente, o contexto da transformação capitalista no sistema internacional globalizado contribui com o crescente fortalecimento políticos de movimentos nacionalistas ao redor do mundo, especialmente no Ocidente. Como descreve Umbrasas, o nacionalismo devolve o senso de intitulação e poder a grupos afetados pela globalização, um retorno ao passado “glorioso”, atraindo proporcionalmente mais apoiadores ao passo que a transformação do padrão de vida e consumo dos indivíduos é revertido aos padrões da globalização. Consequentemente, eleva-se o status de grupos e partidos nacionalistas para além da periferia política doméstica e externa. Umbrasas alerta o perigo do isolacionismo causado por um sistema internacional nacionalista, assim como pelo agravamento da competição de Estados nacionalistas por recursos escassos, por controle na lógica da segurança internacional e demais efeitos adversos.⁶¹

A personalidade “faminta por ideais” explica o crescimento atual no nacionalismo no Ocidente. Os efeitos socioculturais e econômicos examinados neste artigo são somente manifestações recentes das políticas de mudança massivas que têm ocorrido desde 1971, o ano em que se instaurou o Fórum Econômico Mundial. Samuel Huntington descreveu as elites mundiais que estiveram presentes no Fórum Econômico Mundial como “Povos de Davos” que possuem a “Cultura de Davos”, que refletem uma visão elitista de como o mundo deveria funcionar, e que é geralmente fora de sincronia com o resto do mundo. Gerações desta política têm deixado grupos de pessoas nas areias movediças da mudança global. Para muitos nas classes médias e trabalhadoras, o efeito tem sido a perda de posição socioeconômica e mudança cultural. Isto acabou por criar um movimento para interromper ou desacelerar as mudanças em curso, ou levou pessoas a buscarem um retorno ao passado. O Tratado Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA) é um exemplo de uma política global criticada como

⁵⁹ UMBRASAS, 2017 : 30

⁶⁰ UMBRASAS, 2017 : 37.

⁶¹ UMBRASAS, 2017 : 37

um favorecimento às elites sob as custas dos trabalhadores. Críticos culpam o NAFTA pela perda de empregos americanos na manufatura e a queda nos salários americanos em razão da competitividade além da fronteira dos EUA. Críticos também culpam o NAFTA por seu efeito destrutivo na agricultura mexicana e setor de pequenos negócios, que gerou um crescimento explosivo nos números de imigrantes não-documentados em direção aos Estados Unidos, assim como a depressão da mão-de-obra americana de baixa qualificação. **UMBRASAS, 2017 : 31. (Tradução da autora)**

Neste sentido, as iniciativas de proteção da “soberania nacional” tornam-se semeadoras de uma abordagem cética frente à política global e a cooperação internacional sob a população daquela nação. Quando as elites políticas tornam-se capazes de permear o nacionalismo enquanto movimentação de massas, a visão da necessidade da proteção da nação será instituída de modo que quaisquer práticas para defendê-la serão aceitas no âmbito doméstico. Deste modo, o nacionalismo provê a seus adeptos um sentimento de objetivo comum, refletindo diretamente sobre a maneira a qual respondem às crenças que compartilham e como as defendem da subversão externa. Por conseguinte, a defesa do nacionalismo será a defesa de sua nação, prescrita nos elementos simbólicos, culturais e ideológicos que a prescrevem e, assim sendo, a defesa da nação torna-se a defesa do Estado.⁶²

Finalmente, quando se alcança o grau do embate entre a lógica nacionalista e os externos à ela em escala interestatal, ela naturalmente retomará a lógica de contraste entre o “nós” correto e fortalecido e o “eles” perverso e fraco. Na esfera do conflito internacional, é comum observar-se lideranças nacionalistas supervalorizando as capacidades militares e/ou econômicas de seu próprio Estado em detrimento daquele que se opõe, da mesma forma que a moralidade superior do “nós” será constantemente justificativa para quaisquer manobras contra os “inimigos da nação”. Em suma, a lógica nacionalista permite às elites políticas que demarquem qualquer espécie de oposição (doméstica ou externa) aos seus objetivos como uma ameaça nacional por parte de elementos externos, ou seja, que não compõem a nação. Essa padronização pejorativa garante menores níveis de associação da população às oposições políticas, privando-as de sua capacidade de contestar as agendas militares, econômicas e sociais da “nação” ou tampouco sua integridade. Portanto, o Estado nacionalista permanece dotado de legitimidade para atuar internacionalmente como desejarem as elites políticas que os lideram, especialmente enquanto acompanhadas de aprovação popular de larga escala⁶³.

⁶² SCHROCK-JACOBSON, 2021 : 828

⁶³ SCHROCK-JACOBSON, 2021 : 832

Em síntese do exposto, retomo a argumentação desenvolvida por Eric J. Hobsbawm em sua obra “Nações e nacionalismo desde 1780 (1992)”, obra norteadora do interesse da autora no assunto em questão ao longo de sua graduação. Conforme Hobsbawm retoma a expressão de nacionalista evocada por movimentos separatistas contemporâneos, ele delimita a presença fundamental de interesses minoritários ou delimitados setorialmente, enquanto “politicamente instáveis e vacilantes⁶⁴”. Consequentemente, o autor observa a conexão íntima entre a instabilidade política e a crescente adesão eleitoral aos polos partidários de cunho nacionalista: o sentimento de isolamento coletivo, associado à “hostilidade” contrária à comunidade imaginada (“nós” versus “eles”) permitem-se serem partilhadas como novos elementos de expressão nacional⁶⁵.

O significado histórico decadente do nacionalismo atualmente é ocultado não apenas pela expansão visível das agitações etnolinguísticas mas também pela ilusão semântica que deriva do fato de que todos os Estados são hoje “nações” em termos oficiais, embora muitos deles não tenham nada em comum com o que o termo “Estado-nação” possa significar; e portanto, todos os movimentos que procuram obter a independência encaram a si mesmos como nações instituintes mesmo quando evidentemente não a são; e que todos os movimentos por interesses regionais, locais ou mesmo setoriais, que se colocam contra a centralização e a burocracia estatal, irão, se possível, vestir o hábito nacional da moda.
HOBSBAWM, 1992 : 202. (Tradução da autora)

⁶⁴ HOBSBAWM, 1992 : 202.

⁶⁵ HOBSBAWM, 1992 : 202.

CAPÍTULO 2: Estudo de caso - A Espanha e a comunidade marroquina

2.1 O nacionalismo espanhol

Diferentemente de seus vizinhos europeus, a “nacionalização das massas” na Espanha é considerada tardia. É somente a partir dos anos 90 que o discurso da nacionalização de massas tomou corpo, acompanhado por uma intensa politização do passado histórico, cada vez mais utilizado para fundamentar a “identidade nacional”, assim como as regionais e periféricas. Este novo encontro do nacionalismo como semeador da identidade nacional de massas veio de encontro a outro processo: o de “normalização” da história espanhola, ou a padronização de seu processo histórico assim como o dos demais países europeus, e sanar sua “anormalidade”⁶⁶.

A partir dos movimentos intelectuais que criticam a uniformidade histórica, surgiram as perspectivas de análise das nações como “marcos interpretativos” não absolutos. Tomando força associadamente aos estudos que demonstram o caráter construído das nações, finalmente tornou-se possível a quebra da perspectiva franquista de uma nação espanhola perene, de memória centralizada, unitária e excludente por natureza⁶⁷. Ainda assim, as análises historiográficas dos últimos tempos recaem novamente ao paradigma vigente da “nacionalização tardia” da Espanha, partindo do pressuposto de que o Estado espanhol herdou um “acúmulo de fracassos”⁶⁸.

Walter L. Bernecker (2016) retoma a perspectiva de Alejandro Quiroga, que observa a nacionalização como o processo de transmissão de identidades que integra as narrativas de “nação” a partir de mensagens, e constrói as instituições da nação como canais que alcançam os indivíduos receptores do que virá a ser o “nacional”, podendo ganhar espaço tanto nas esferas públicas como privadas. Deste modo, a historiografia da nacionalidade “por debaixo” prevê a incorporação das experiências cotidianas no processo nacionalização, observando como a cidadania trata de absorver as práticas políticas e os discursos de construção simbólica do sentimento nacional⁶⁹.

⁶⁶ BERNECKER, 2016 : 268

⁶⁷ BERNECKER, 2016 : 268

⁶⁸ BERNECKER, 2016 : 269

⁶⁹ BERNECKER, 2016 : 270

Uma das contribuições a este volume é a de Ismael Saz: “Políticas de nação e nações da política”. O autor se propõe a analisar o modo em que interseccionam em todo nacionalismo on projeto nacionalista-nacionalizador e o projeto político, de política interior. Se aproxima do problema a partir da perspectiva dos nacionalismos das direitas, dos antiliberais concretos, na Europa desde o século XX, ou seja, do nacionalismo reacionário e do ultranacionalismo fascista, centrando-se no caso da Espanha, embora sempre o compare com os casos italiano e francês. Assim, os fascistas espanhóis teriam um projeto de nação, mas também um projeto político, revolucionário, e a pergunta seria qual deles pesava mais em quais momentos. O ultranacionalismo falangista poderia abarcar tanto um essencialismo castelhano como um universalismo imperialista enquanto projeto político totalitário e imperialista. **BERNECKER, 2016 : 271.** (Tradução da autora)

Conforme Bernecker, a Espanha dos séculos XX e XXI está em processo de livramento das ideias polêmicas identitárias que surgiram com os conflitos a partir do século XIX. Ele atribui aos círculos intelectuais até então o papel de elaborar discursos nacionalistas, ainda que o Estado espanhol e sua população (e suas elites) não tivessem inaugurado o processo nacionalizador em sua matriz e convivência. Sob sua perspectiva, elevou o papel dos mitos nacionais como partes imprescindíveis dos discursos nacionalistas contemporâneos: a nação será um “artefato cultural” moderno, elaborado por elites e movimentos nacionalizantes com finalidades políticas⁷⁰.

A herança da disputa “mouros *versus* cristãos” é evocada em grande parte dos incidentes e casos de perseguição nas penínsulas. Dentre a massa imigrante na Espanha, os marroquinos são percebidos, em sua maioria, sobre a luz do discurso estigmatizante dos “Mouros”, imediatamente associados ao papel de inimigos do país, como foram percebidos seus ancestrais. O autor argumenta uma possível retomada do discurso histórico entre espanhóis e marroquinos da Conquista Árabe de 711 da Península Ibérica, de forma a evocar os elementos retóricos e seus consequentes desenvolvimentos, como a Reconquista Cristã, o colonialismo espanhol sobre o Marrocos, e a utilização de tropas mercenárias marroquinas por Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola⁷¹.

A nacionalização espanhola do século XIX foi dificultosa, especialmente por que não havia consenso sobre o que se pretendia impor como o “ser espanhol”, ou nacional⁷². Os projetos nacionalizantes da época tropeçaram nos inerentes conflitos sociais e de cidadania,

⁷⁰ BERNECKER, 2016 : 272. apud: QUIROGA, 2013.

⁷¹ ARIGITA, 2018 : 74

⁷² BERNECKER, 2016 : 273

dificultando a adesão a discursos hegemonizados. Desta forma, o liberalismo adotado ao final do século XIX reflete a complexa cadeia de tentativas de exportação de projetos de nacionalizantes por parte das oligarquias políticas, econômicas e culturais. Nenhum projeto ou gama de objetivos nacionais teve potência para sobressair às demais em jogo, possibilitando a máxima expansão do liberalismo. Ainda neste viés, é justificável a impossibilidade das demais instituições dotadas de projetos de nacionalização (a monarquia, a Igreja, entre outros) de impor seus modelos acima dos demais. Como descreve Bernecker, surgiram projetos alternativos ao nacionalismo unificador, desde republicanos até tradicionalistas, acima de todos o regionalista. Consequentemente, todos os projetos políticos até então reservaram um espaço privilegiado à abordagem regionalista, ainda que o liberalismo tenha falhado em conciliar um projeto nacional liberal enquanto suprimindo a demanda regionalista⁷³.

As guerras são citadas como o forje principal do sentimento nacionalista na Europa. Desde as guerras napoleônicas até a Primeira Guerra Mundial, a demanda bélica serviu de base para as propostas de elevação do orgulho nacional dos Estados europeus. Do mesmo modo, é possível que o nacionalismo seja semeado mesmo antes da guerra se instaurar efetivamente. Berckener cita as movimentações paramilitares, como exemplo das movimentações contemporâneas de mais expressão desta lógica: independentemente da existência do conflito armado concreto, a vitória e a derrota são as faces da guerra, e são dotadas do poder de criar memórias históricas e símbolos nacionais, dos mártires e heróis aos traidores da pátria. A partir do século XX, o fenômeno do associacionismo conjunto à política da nacionalização: na década de 80, o estudo dos movimentos sociais clássicos introduziu a análise que descreve o potencial nacionalista intrínseco às práticas cotidianas, desde a cultura até o esporte⁷⁴.

Igualmente, as correntes republicanas nascidas no século XIX que se estenderam durante o século XX também são dotadas de propostas nacionalistas: os três modelos principais - o centralista, claro defensor de um nacionalismo espanhol; o federalista, anti-centralista e contrário à um Estado unitário; e o krausista, defensor do federalismo “orgânico” - defenderam a visão da Espanha enquanto nação. Deste modo, o federalismo também previa a reorganização estatal da nação, embora mais adepta ao plurinacionalismo em relação a suas propostas contemporâneas. Também comum às três linhas foi o rechaço ao nacionalismo político catalão, que expôs a fragilidade do projeto nacional espanhol. Em

⁷³ BERNECKER, 2016 : 273

⁷⁴ BERCKENER, 2016 : 274

resposta ao crescimento do movimento catalão, as correntes intensificaram suas propostas de nacionalização enquanto tentavam aproximar o diálogo entre Madrid e Barcelona⁷⁵.

A problemática irresoluta das nacionalidades na Espanha levou, nos últimos tempos uma e outra vez, a plantar a questão de uma reforma radical da atual organização territorial do Estado. Muitos analistas advogam, como uma alternativa viável e melhor ao Estado das “Autonomias e Nacionalidades”, por um Estado federal plurinacional. Um destes analistas é o professor de filosofia José Antonio Pérez Tapias, que rechaça a alternativa entre o neocentralismo de Madrid e o independentismo periférico, levantando a voz a favor do federalismo, que deve abrir espaço entre as dinâmicas antagônicas (PÉREZ TAPIAS, 2013). Sua proposta para a rearticulação do Estado espanhol é a de um pacto político federal em que a solidária redistribuição de responsabilidades e benefícios, assim como o reconhecimento das legítimas diferenças podem ver-se eficazes e justamente alcançados. O federalismo que Pérez Tapias tem em mente é social, cooperativo e pluralista, todo um projeto de convivência democrática. **BERCKENER, 2016 : 276. (Tradução da autora)**

Em suma, o projeto de Pérez busca servir como alternativa para o crescimento acelerado dos movimentos nacionalistas secessionistas periféricos da Espanha de centro em Madrid. Pérez argumenta a realização de uma reforma de cunho constitucional, acompanhado da desmistificação da soberania e a reconsideração do que verdadeiramente se supõe como a pluralidade de nações para sua realidade jurídico-política. Deste modo, rejeitando o antagonismo entre neocentralismo e secessionismo, busca uma reforma como um “novo pacto” que melhor abarque a diversidade política dos territórios da Espanha. Consequentemente, a nova reforma deverá contar com a compreensão geral do território espanhol como dotado de nações distintas, ou uma “nação de nações”, ainda que nenhuma delas constitua por si só a entidade “Estado”, mas em conjunto⁷⁶.

Ainda, observando com mais ênfase o caso das periferias espanholas e sua busca por autonomia política, acompanhamos conjuntamente com a observação de Berckener autores como Angel Duarte e Xavier Collier, entre outros envolvidos com a análise provincial da condição dos movimentos nacionalistas e secessionistas na Espanha. A partir das investigações de diversos autores, encontramos a posição geral encontrada por eles em relação ao “nacionalismo Espanhol” e sua construção: o surgimento da “nação espanhola” no sentido moderno nasce apenas após a expansão do **nacionalismo liberal** como conceito, em meados do século XIX. Deste modo, a Espanha é em verdade uma antiga nação de origens milenares, desenvolvida a partir de um “vínculo comunitário”, um conjunto de comunidades

⁷⁵ BERCKENER, 2016 : 275

⁷⁶ BERCKENER, 2016 : 276, apud: PÉREZ TAPIAS, 2013 : 15.

vivas, imemoriais e contínuas, enraizadas com base em seu histórico de vínculos e lealdades compartilhadas⁷⁷. Como é possível desprender da perspectiva de Berckener e do primeiro capítulo deste trabalho, a interpretação das “nações” como comunidades imaginadas e construídas é compartilhada por um número considerável de pesquisadores do caso espanhol, embora não abandonem um breve retorno ao essencialismo.

Não obstante, ainda observando os efeitos da historiografia sobre a realidade comunitária percebida, os autores observam um estigma generalizado em relação ao termo “Espanha”, em oposição à expressão “Estado espanhol”: mais uma das diversas heranças franquistas sobre o imaginário nacional espanhol está o uso de “Espanha” para referir-se ao país. As políticas centralizadoras de Franco apropriaram o uso de “Espanha”, incorporando a palavra como parte da gama de símbolos associados à ditadura, diretamente oposta por parte dos nacionalismos periféricos, herdando a “hostilidade” ao termo que se carrega até o presente⁷⁸.

2.2 Do passado ao presente: de Al-Andaluz à nova corrente migratória contemporânea

Como descreve Gunther Dietz (2004), a islamofobia já era presente e acentuada nas sociedades ocidentais mesmo antes do episódio do ataque às torres gêmeas de 11 de setembro. Nessa lógica, surge a discussão sobre a essência da xenofobia generalizada nos Estados ocidentais: será o aumento da islamofobia resultado do aumento da migração proveniente de países de maioria islâmica e seus efeitos na sociedade receptora, ou será ela fruto dos próprios debates da sociedade receptora em relação a suas problemáticas de identidade coletiva?⁷⁹. Por conseguinte, as políticas de formação de identidade coletiva, de manutenção daquelas dominantes e exclusão das demais, além da “filosofia da integração” das respectivas nações receptoras são colocadas em xeque, seguindo o ideário de Huntington do “choque de civilizações”, a partir da inter-relação entre culturas e identidades “recebidas” e as “receptoras”.

Ainda observando essa problemática, no caso da Espanha, regiões subjacentes constantemente estão envolvidas em processos de adequação de sua própria independência política e social frente à identidade central castelhana, com base em Madrid. Desta forma,

⁷⁷ BERCKENER, 2016 : 278

⁷⁸ BERCKENER, 2016 : 279

⁷⁹ DIETZ, 2004 : 1086.

regiões como a Andaluzia, formadas por espanhóis castelhanos nativos e uma massiva população migrante enfrentam com frequência dificuldades enquanto procuram estabelecer o que verdadeiramente se entende por “identidade andaluz”. Portanto, na contemporaneidade, as comunidades étnicas de Andaluzia encontram-se em um “cabo-de-guerra assimétrico”, introduzido pela federalização, enquanto parte de sua construção de identidade sub-nacional. Ademais, a crescente imigração que parte do Norte da África conjunta a comunidade migrante islâmica, desenvolvida desde a Reconquista até os dias de hoje, demarcam a região com um crescimento acentuado da “multiculturalização”, da pluralização religiosa à partir do Islam, e da atuação de movimentos e organizações migrantes frente às políticas públicas andaluzes⁸⁰.

Não obstante, o caso espanhol representa mais um exemplo da lógica contemporânea da transnacionalização dos antigos Estados nacionais europeus: a discussão das matérias dos novos fluxos migratórios, questões de integração e identidade são atualmente os *hot topics* da União Europeia, de modo que profissionais e acadêmicos europeus hoje procuram medir os efeitos da transformação ou “perda” das culturas nacionais europeias das sociedades europeias. Dietz aqui apresenta a transnacionalização dos Estados europeus não somente sobre sua perspectiva idealista e/ou nostálgica da “McDonaldização” da Europa, mas sim sobre sua lente que vai além dos efeitos econômicos e tecnológicos, mas sociológicos e identitários das correntes migratórias contemporâneas⁸¹. Como descreve, intencionalmente ou não, a multiculturalização da Europa é, nas décadas recentes, um processo real que afronta a imutabilidade das políticas de identidade nacional das sociedades europeias “vindo por fora”⁸².

Além disso, um fenômeno associado “vindo de dentro” também coloca em xeque a concretude das identidades nacionais europeias centralizadas: a recuperação de memórias e laços culturais de identidades sub-nacionais diversas internas aos Estados, vinculadas historicamente à territórios europeus, hoje alimentam novos regionalismos que afrontam o monopólio territorial de identidades exclusivas das nações-Estado⁸³. Por conseguinte, o velho projeto da Europa de Estados de identidades nacionais hegemônicas e centralizadas hoje sofre uma crise de legitimidade. Em contraste, o projeto da “Europa de Regiões” toma cada vez mais espaço, seja complementando o primeiro ou procurando substituí-lo. Assim, as novas políticas de ênfase nas identidades sub-nacionais e suas “raízes” também entram em

⁸⁰ DIETZ, 2004 : 1086.

⁸¹ DIETZ, 2004 : 1088. apud: KING, 2000.

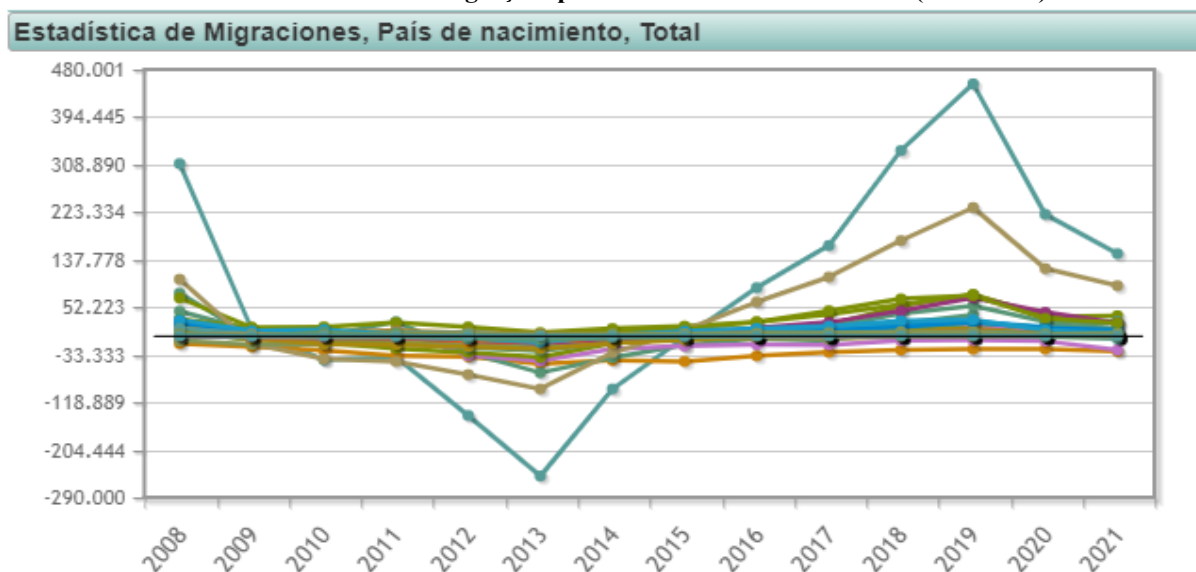
⁸² DIETZ, 2004 : 1088. apud: SASSEN, 1999.

⁸³ DIETZ, 2004: 1088. apud: HETTLAGE, 1996

confronto com a noção hegemônica da “cidadania europeia universal” construída a partir da metade do século XX⁸⁴.

A fim de apresentar a problemática com maior clareza técnica, Dietz nos adverte em relação à crescente tendência de diferenciação entre a formação étnica a partir da identidade de nativos e a formação étnica à partir da migração, como diferenciáveis enquanto processos etnogêneses. Neste sentido, ele rejeita a prática de “*dual tracking*” ou a análise separada por grupos frente ao processo de formação de identidade em uma sociedade, defendendo a análise que parte e dá ênfase ao processo de inter-relação e/ou intersecção entre processos de geração de identidades nativas e migrantes em uma sociedade, tendo como exemplo o caso de Andaluzia⁸⁵: uma região que observou e observa constantes ondas de emigração e imigração, ainda sendo o palco principal da Conquista Ibérica e Reconquista Cristã, serve idealmente como objeto de estudo frente às questões de formação identitária e confluência entre comunidades étnicas e a transformação histórica de suas respectivas fronteiras identitárias⁸⁶.

Gráfico 1 : Estatística de Migrações por País de Nascimento e Total (2008-2021)



Fonte: Elaborado pela autora com base na plataforma de estatística do *Instituto Nacional de Estadística*, 2022.

Imagem 1: Tabela de Imigrantes na Espanha por país de origem (2019)

⁸⁴ DIETZ, 2004 : 1089.

⁸⁵ DIETZ, 2004 : 1089

⁸⁶ DIETZ, 2004 : 1089

<< 2017

Inmigrantes en España según país de origen (2019)

Países	Inmigrantes
Marruecos	711.792
Rumania	622.555
Ecuador	415.310
Colombia	367.818
Reino Unido	302.020
Argentina	259.946
Francia	209.344
Venezuela	202.859
Alemania	199.117
Perú	193.786
República Dominicana	167.176

Fonte: EXPANSIÓN/ DATOSMACRO.COM. España. *Inmigración* 2019. Acesso em 14/11/2022. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/espana#:~:text=En%20el%20ranking%20de%20inmigraci%C3%B3n,%2C%20un%20%2C64%25>.

Para melhor adequar a perspectiva de Dietz compartilhada pela autora deste trabalho e suas respectivas considerações, apresento as reflexões de Dietz sobre a luz dos dados recentes apresentados no gráfico, comparados àqueles compilados pelo autor no momento da escrita de sua obra (2004); o Gráfico 1 apresenta a contabilização total do saldo migratório de não-espanhóis à Espanha por ano no período de 2008 a 2021. A título de ilustração para este trabalho, a linha azul representa o número total de migrantes (sendo os valores positivos ilustrativos de um maior saldo de imigração à Espanha, e os negativos de um maior saldo de emigrações), contabilizando conjuntamente imigrantes europeus e não-europeus. Para melhor complementar a análise, faço uso da Tabela 1, que apresenta o número de migrantes residentes na Espanha por nacionalidade no ano de 2019, com o intuito de pautar as argumentações que seguem.

As correntes migratórias contemporâneas permanecem, como observado, seguindo a mesma lógica a ser apresentada por Dietz no ano de 2004, também dando seguimento à tendência de crescimento dos fluxos migratórios à Espanha nos últimos 40 anos. Embora o número de migrantes europeus tenha acompanhado as taxas de crescimento das últimas décadas, principalmente a partir da assinatura do tratado de Schengen, nossa ênfase será dada àqueles imigrantes europeus, especialmente os provindos do Norte da África e Marrocos que, como observado na Tabela 1, representam o maior número total de pessoas estrangeiras residentes na Espanha em 2019. Dentre os imigrantes não-europeus, as nacionalidades que representam o maior número de migrantes são associadas à herança colonial espanhola, ou

seja, são majoritariamente marroquinos (e outros do Norte da África) e latino-americanos, sendo a costa do Mediterrâneo o ponto crítico de entrada⁸⁷.

Primordialmente, imigrantes europeus em sua maioria (com exceção de romanis) não são percebidos pela sociedade que adentram como “migrantes” ou “o outro”, mas sim como parte natural do fenômeno de expansão do turismo intra-europeu. Por outro lado, imigrantes marroquinos são constantemente percebidos enquanto parte da fábula histórica da Conquista Ibérica de 711, e a “ameaça da reconquista” ou a “invasão muçulmana” em território cristão. Assim sendo, a região sul da Espanha observa uma integração histórica de comunidades étnicas distintas em sua sociedade e economia, especialmente marcadas pela imigração. Contudo, o perfil dos fluxos migratórios de destino à Espanha têm mudado no âmbito contemporâneo: imigrantes de maioria marroquina (também acompanhados por novos fluxos de migrantes da África subsaariana) já não procuram instalar-se unicamente nos centros urbanos (como Madrid e Barcelona), mas se instalam nas regiões periféricas da Espanha, como a região de Andaluzia); o padrão de imigrante torna-se cada vez mais escolarizado, mais jovem, e com maior frequência sendo provenientes de centros urbanos⁸⁸.

Por conseguinte, as instituições de assistência e organizações multiétnicas de acolhida a imigrantes nas regiões periféricas são mais escassas em relação àquelas dos grandes centros populacionais, fazendo surgir uma rede transnacional de *networking* entre migrantes das distintas regiões da Espanha. Ainda assim, as populações migrantes em Andaluzia não são imediatamente integradas ao cenário local, mas sim permanecem constantemente à mercê da rede etno-nacional de trabalho, que varia da legalidade à ilegalidade. Além disso, ao alcançarem a região e se estabelecerem, necessitam lidar com uma rede vasta de ignorância e estereotipagem por parte de seus vizinhos de maioria católica. Ainda hoje, a inter-relação entre espanhóis católicos e migrantes muçulmanos é marcada pela segregação e marginalização do Islam⁸⁹.

Não obstante, como revela Dietz, instituições públicas procuram remendar a precariedade da representação migrante urgindo os diversos grupos observados pelo Islam na região (desde migrantes muçulmanos de nacionalidades diversas à convertidos espanhóis) à unificarem-se em uma única instituição, ignorando a diversidade de casos e demandas que variam proporcionalmente à diversidade de grupos étnicos abarcados pelo Islam em Andaluzia, propondo um “ponto de convergência em Allah” estereotípico e reducionista⁹⁰.

⁸⁷ DIETZ, 2004 : 1089, apud: ARANGO, 2000.

⁸⁸ DIETZ, 2004 : 1090

⁸⁹ DIETZ, 2004 : 1091

⁹⁰ DIETZ, 2004 : 1091

Por outras palavras, a diversidade das comunidades islâmicas no sul da Espanha não pode ser restritas à divisões de sectarismo ou vertentes, mas sim suas respectivas sociedades de origens, sejam nativos muçulmanos ou convertidos⁹¹. Dentre os espanhóis convertidos ao Islam, flutua o mito de Al-Andaluz como símbolo da herança da região de tolerância e pluri-religiosidade⁹².

Ainda assim, como descreve Dietz, existe uma diferenciação proposital entre convertidos espanhóis e imigrantes muçulmanos norte-africanos: o “Islam tradicional” e o “sistema universal de crença” são diferenciáveis entre si como práticas e aqueles que as praticam. Embora pertençam ao Islam, o *background* cultural árabe é um marcador da diferenciação ativa entre os dois grupos de fiéis, sendo mais um dos dificultadores da integração de imigrantes islâmicos, além de enrijecer as fronteiras étnicas nas regiões. Contudo, as políticas públicas de formação da identidade de Andaluzia a partir de seu imaginário histórico buscam alimentar-se da inter-relação entre os grupos étnicos e suas respectivas comunidades, como diferenciador da região e a identidade nacional centro castelhana⁹³.

Não existe um consenso entre historiadores da Espanha medieval em relação ao papel de Al-Andalus na formação da herança cultural do país. Nos debates atuais, a presença da memória de Al-Andaluz⁹⁴ tem crescido, embora esteja à mercê das constantes revisões da historiografia, especialmente em relação aos adeptos do binarismo histórico “Islam *versus* Ocidente”⁹⁵. Conforme descreve a autora Elena Arigita (2018), a historiografia referente à Conquista Ibérica é constantemente alvo de interpretações reducionistas: ou de uma convivência pacífica idealizada e sua herança cultural, ou da expulsão do inimigo islâmico e a vitória do cristianismo sob o território⁹⁶. Antes de tudo, cabe retomar o papel da região de Andaluzia na Conquista da Península Ibérica por Tariq Ibn Ziyad, general marroquino muçulmano em 711, no movimento de controle da Espanha visigótica: a região de Andaluzia serviu como a entrada direta das tropas de Tariq pelo Estreito de Gibraltar, e também como centro do fluxo de pessoas entre Marrocos e Espanha desde então. Além disso, a retomada da

⁹¹ DIETZ, 2004 : 1092

⁹² DIETZ, 2004 : 1093

⁹³ DIETZ, 2004 : 1094

⁹⁴ Domínio islâmico da Península Ibérica durou quase 800 anos e teve seu apogeu no Califado de Córdoba, que transformou essa cidade do sul da Espanha num centro cultural, econômico e científico da Idade Média. SCHOSSLER. DW. DEUTSCHE WELLE, 2017. Tradução da autora.

⁹⁵ ARIGITA, 2018 : 274.

⁹⁶ ARIGITA, 2018 : 274

cidade da Granada foi a última barreira para a Reconquista Cristã de 1492 por Ferdinando, o Católico, rei dos reinos de Aragão e Navarro⁹⁷.

Desde a reconquista total do território espanhol do controle árabe, a Andaluzia tem sido submetida a intensas políticas de “nacionalização do nacionalismo”, ou seja, a “castelhanização” da antiga base muçulmana na Península Ibérica, a reformulação de sua herança étnica e a integração de sua população à identidade castelhana cristã⁹⁸. Como exemplo da intensa intervenção governamental em Andaluzia, citamos desde a perseguição e limpeza étnica praticada pela Santa Inquisição na região contra a população muçulmana e judaica, até a imposição do “nacionalismo católico” na ditadura franquista⁹⁹.

A pressão para a homogeneização, legitimada por uma suposta identidade comum espanhola castelhana na tentativa de integrar econômica e politicamente a estrutura feudal em uma nação-estado emergente (Vilar 1990), foi finalmente abolida no processo pós-Franco de transição democrática. Desde a morte de Franco em 1975 e ao longo da elaboração de uma Constituição democrática em 1977-8, o centralismo tradicional foi gradualmente transformado como um todo. A mais velha nação-Estado da Europa é redefinida pela Constituição de 1978 como um “Estado de comunidades autônomas”, cujas competências são passadas por um lento processo de descentralização, que, de fato, acaba por federalizar o Estado em sua totalidade. **DIETZ, 2004 : 1093**

O processo democrático de federalização, entretanto, não seguiu bases igualitárias entre as regiões centrais e periféricas da Espanha. A Constituição de 1978 diferencia dois “modelos” de região: aquelas formadas por nacionalismos históricos e sua gama de traços culturais distintivos, e aquelas demais que não são dotadas de características fixas idiossincráticas, ou seja, não detêm uma identidade étnica comum. Assim sendo, não existe um consenso entre legisladores e intelectuais da razão fundamental para a distinção, variando desde o argumento etno-nacionalista que prevê a existência de diversas identidades nacionais não-espanholas co-existindo no segundo tipo de região; até aqueles que preveem a perspectiva econômica sobressaindo à justificativa étnica, ou seja, as elites locais de suas respectivas regiões são fortalecidas e demarcam a constante luta pela descentralização com base em suas próprias características grupais¹⁰⁰.

Deste modo, as elites andaluzas buscam retomar a justificativa histórica da “singularidade cultural” da região em relação ao centro do poder nacional Espanhol, procurando exportar sua independência como centros regionais de poder político e

⁹⁷ DIETZ, 2004 : 1094. apud: STALLAERT, 1998

⁹⁸ DIETZ, 2004 : 1093

⁹⁹ DIETZ, 2004 : 1093. apud: STALLAERT, 1998

¹⁰⁰ DIETZ, 2004 : 1093, apud: SOLE, 1974; TURA, 1985.

econômico, como nos casos da Catalunha e do País Basco. Logo, procuram adotar estratégias de “radicalismo pragmático”, enquanto tentam transferir o poder político a partidos nacionalistas-regionistas. Durante a escrita da Constituição, o diálogo entre centralistas e regionalistas acabou por gerar um processo de devolução assimétrico do poder entre Madrid e as demais regiões periféricas, diferenciando-se claramente entre as regiões de “*fast tracking*”, ou seja, imediatamente diferenciáveis por sua identidade regional concreta e suas particularidades culturais; e as regiões de “*slow tracking*”, ou seja, aquelas às quais não existe consenso entre as características culturais que são elevadas à título de uma identidade regional. Como argumenta Dietz, essa diferenciação legitimada será uma das principais causadoras dos conflitos subnacionais de teor étnico, assim como garante a presença da etnia como diferenciador entre níveis de posição de poder na hierarquia governamental regional¹⁰¹.

Deste modo, para idealizar a identidade comum andaluz, não somente torna-se necessário “descolonizar” a cultura andaluz da conquista espanhola, mas também recuperar a gama de heranças históricas multiculturais que tomaram espaço na região do sul da Espanha ao longo de sua história datada. Primeiramente, a herança ditatorial das políticas de “identidade espanhola” Franco é marcada pela apropriação de elementos culturais andaluzes, como o flamenco e a tourada, na tentativa de exportar o novo elemento turístico “espanhol” na Europa¹⁰². Depois, a reconstrução da memória regional andaluz conta com políticas públicas recentes de “resgate” a elementos históricos dos diferentes grupos étnicos que compõem a Andaluzia: a combinação varia desde a retomada de elementos idiossincráticos católicos, como as festas de santos padroeiros; a “herança gitana”, ou a transformação dos elementos de ciganos romanis integrados à Espanha e sua produção musical, como o flamenco e a guitarra, ou seja, a interpretação romântica do “modo viajante de vida”¹⁰³.

Finalmente, o elemento histórico andaluz mais recentemente evocado é o da “herança moura” ou “Maghreb”¹⁰⁴, que busca resgatar o elemento multicultural e religioso da antiga Al-Andaluz¹⁰⁵. A retomada da herança de Al-Andaluz tem sido incorporada ao sistema educacional andaluz, sendo utilizado como base para uma nova interpretação regionalista da

¹⁰¹ DIETZ, 2004 : 1094, apud: SOLE, 1974; TURA, 1985.

¹⁰² DIETZ, 2004 : 1095. apud: Moreno Navarro 1993

¹⁰³ DIETZ, 2004 : 11. apud: Quintana 1986

¹⁰⁴ O termo “Maghreb” faz referência a região do Norte da África fronteira ao Mar Mediterrâneo, ou a “África Menor” do período Antigo, que incluía a Espanha moura, agora diz respeito ao territórios que cobrem desde as Montanhas Atlas até as planícies costeiras do Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. **BRITANNICA. BRITISH ENCYCLOPEDIA, 2022. Tradução da autora.**

¹⁰⁵ “Al-Andaluz” é o nome que recebeu o território inteiro observado pela dinastia árabe muçulmana ao norte do Estreito de Gibraltar, que é simbolicamente referida por sua suposta política de tolerância a diversas religiões monoteístas em coexistência pacífica. **DIETZ, 2004 : 11. Tradução da autora.**

história tradicional ensinada nas escolas. Além disso, a elevação da cultura e da memória dos antigos governantes muçulmanos de tolerância entre seus conterrâneos cristãos e judeus têm causado pesadas críticas ao governo de Andaluzia por parte da Igreja Católica e suas instituições associadas, que clamam pela elevação da herança visigoda pré-muçulmana do cristianismo na região. Por outro lado, indivíduos andaluzes muçulmanos criticam a instrumentalização do Islam com finalidades políticas, especialmente por parte de políticos não-muçulmanos, e pedem por maior representatividade por parte das lideranças islâmicas locais, enquanto mantêm laços entre nativos espanhóis muçulmanos e imigrantes do Mediterrâneo¹⁰⁶.

Ainda, existe uma contradição clara entre a elevação de modelos religiosos e laicidade meta-religiosa constitucional da Espanha. Ademais, a problemática principal que emerge em contraste às novas políticas andaluzas reside na antítese histórica entre cristãos ibéricos e muçulmanos, ou “mouros”. Essa antítese foi e ainda é a base do imaginário nacionalista espanhol, que denota o mouro como o “outro”, ou o “invasor”, referenciando o período da Conquista Ibérica de Tariq em 711, em contraposição direta ao “cristão castelhano”. Deste modo, encontramos o empecilho principal às políticas de multiculturalidades compreendido no ideário contemporâneo histórico nacional “cristãos *versus* islâmicos”¹⁰⁷.

Não obstante, nesta problemática encontramos a emergência da questão migratória, diretamente associada à controvérsia do “legado mouro” e os fluxos migratórios de muçulmanos do Norte da África e do Mediterrâneo. Fazendo uso de fontes não-oficiais, Dietz observa o total de 400.000 pessoas autoidentificadas como islâmicas na Espanha. No momento atual, encontramos a cifra de aproximadamente 1.9 milhões de muçulmanos no país em 2017, ainda por fontes não-oficiais¹⁰⁸. Cabe aqui a justificativa: ainda hoje não existe um censo de dados oficial do governo espanhol para que se contabilize o número de fiéis das religiões diversas na Espanha, principalmente em consequência da tradição secular que concebe o catolicismo romano como religião “quase-oficial” do Estado espanhol, rejeitando a observação das demais religiões em escala nacional. Deste modo, cresce também na contemporaneidade a ideia de “retorno” do Islam após séculos de políticas de apagamento e homogeneização étnica¹⁰⁹.

Os imigrantes muçulmanos, em sua grande maioria marroquinos, têm se distribuído principalmente nas regiões de Madrid e da Catalunha, que detém as maiores comunidades

¹⁰⁶ DIETZ, 2004 : 1096.

¹⁰⁷ DIETZ, 2004 : 1097.

¹⁰⁸ GONZÁLEZ ENRÍQUEZ, 2017.

¹⁰⁹ DIETZ, 2004 : 12. apud: ABUMALHAM, 1995; MORERAS, 1999.

autônomas islâmicas no país. Contudo, a região da Andaluzia toma o terceiro lugar entre os focos de residência, principalmente nas cidades de Granada e Córdoba. Certamente, elas também observam a transformação no perfil dos fluxos migratórios muçulmanos contemporâneos: a reunião de familiares deixa de ser o foco principal, dando espaço à comunidades autônomas compostas por trabalhadores marroquinos, estudantes e intelectuais muçulmanos do Marrocos e outras países onde o Islam é a religião majoritária, entre outros, contestando diretamente o “senso comum católico” da suas respectivas sociedades receptoras espanholas¹¹⁰.

Ainda assim, observamos a proeminência do projeto de nação-Estado espanhol, pautado fortemente na lógica nacionalista do “nós” contra o “inimigo externo”, fazendo uso de fortes políticas arabofóbicas e islamofóbicas para legitimar-se. Assim, a perseguição inquisitorial e as práticas de limpeza étnica constantemente evocadas na historiografia espanhola são diretamente legitimadas pela imposição governamental de uma identidade comum espanhola-castelhana. Por exemplo, podemos citar as “leis de pureza do sangue” instituídas em 1492 pela Igreja Católica e a Santa Inquisição, que acabaram por mesclar as terminologias biológicas, étnicas e religiosas na Espanha. Naturalmente, a confusão entre termos ainda é observada especialmente no senso comum cristão espanhol, que observamos com clareza nas interações entre nativos e migrantes muçulmanos, marcadas pela estigmatização histórica¹¹¹.

Ademais, a coleta de dados numéricos em relação às comunidades islâmicas na Espanha não é a única que falta, enquanto também não existe medida oficial governamental que retrata os níveis de islamofobia ou preconceito ideológico no país.

Um estudo quantitativo recente, conduzido por membros do Ministério do Trabalho e Questões Sociais (ASEP 1998), tentou desmembrar pela primeira vez os elementos diversos que constituem as atitudes anti-imigração na Espanha. Para basear seus dados estatísticos, coletados por escalas de opiniões “positivas”, “negativas” e “indiferentes” sobre algumas minorias – diferentes nacionalidades, minorias étnicas como gitanos, termos racializados como “negros” e classificações religiosas como “judios” ou “musulmanes” - é possível detectar elementos de estigmatização do outro profundamente enraizados e transmitidos historicamente. **DIETZ, 2004 : 1097. (Tradução da autora)**

¹¹⁰ DIETZ, 2004 : 1097

¹¹¹ DIETZ, 2004 : 1097. apud: STALLAERT, 1998.

Como observado pela pesquisa, assim como demais entrevistas realizadas por fontes alternativas, o comportamento estigmatizante em geral é prescrito por uma percepção de hierarquia entre os “outros”, que aloca em baixíssimo grau a comunidade gitana (ou cigana), e indivíduos de descendência árabe e/ou muçulmana, ambos considerados menos desejáveis em relação à “imigrantes” em geral¹¹². Ainda, outra estigmatização frequente é associada às mulheres muçulmanas, especialmente marroquinas, por parte de espanhóis cristãos, diz respeito à suposta quantidade de filhos que têm em solo espanhol. Esse estereótipo, em especial, contribui à propagação da ideia da “ameaça moura” e das altas taxas de natalidade entre grupos muçulmanos na Espanha como tentativa de “reconquista” da região. Conforme descreve Dietz, a metáfora do “cavalo de Tróia” se combina com um agudo sexismo e arabofobia, culminando na crença de que mulheres muçulmanas grávidas são transportadas ilegalmente ao país, o mais novo “mouros na costa”, como uma invasão geoestratégica.¹¹³

Tendo em vista essas práticas discriminatórias de espanhóis cristãos contra indivíduos muçulmanos, observamos não somente a estigmatização, mas uma reprodução de fobias históricas estruturalmente enraizadas, que retomam jargões como “invasão” e “reconquista”, enquanto retomam a memória simbólica da Conquista Ibérica de 711. Assim, é desenvolvida a crença de uma continuidade entre a “invasão” de Tariq por tropas árabes-muçulmanas e os fluxos migratórios contemporâneos “ilegais”, servindo como diferenciador principal entre grupos étnicos em territórios espanhol, permitindo a clara separação entre o “nós” e “eles”, característica central do nacionalismo espanhol. Consequentemente, cidades como Granada e Córdoba têm observado um aumento acentuado dos conflitos étnicos, especialmente em razão da crescente visibilidade do Islam e da conversão de espanhóis nativos a fiéis islâmicos. A conversão é, ainda hoje, recebida com teor de “traição” ou “deslealdade” entre nativos¹¹⁴.

Além da problemática da suposta laicidade da educação no Estado espanhol e o secularismo católico que permeia todas as instâncias públicas do país, a gentrificação dos “bairros islâmicos”, ou antigas vizinhanças periféricas ocupadas por imigrantes, por parte do turismo que acompanha as recentes políticas de “islamofilia” por parte de governos regionais, como o de Andaluzia. Esses bairros, marcados pelas antigas construções de arquitetura árabe ou “moura”, são sujeitos a políticas orientalistas, não somente por parte dos governos regionais, mas apropriadas por novas elites econômicas marroquinas e nativos convertidos muçulmanos. Para Dietz, paradoxalmente, ambos sentimentos de islamofobia e islamofobia

¹¹² DIETZ, 2004 : 1098

¹¹³ DIETZ, 2004 : 1099

¹¹⁴ DIETZ, 2004 : 1101

contribuem com o processo de gentrificação dos bairros urbanos periféricos da Espanha: ambos nativos católicos e grupos elitizados muçulmanos procuram, por diferentes razões, aludir à memória de Al-Andaluz para promover políticas públicas favoráveis à seus interesses¹¹⁵.

Essa lógica, contudo, é também fruto de uma tendência à “celebração do multiculturalismo”, introduzida por volta dos anos 80 no país de modo a desconstruir a herança homogeneizadora do nacionalismo, católico de Francisco Franco. Por exemplo, a celebração de 2 de janeiro, “La Toma”, que celebra a reconquista da cidade de Granada pelos reis católicos, tem sido contestada por celebridades e intelectuais, que emitiram em 1988 o “*Colectivo Manifiesto 2 de Enero 1988*”, que pediu a reconsideração da “natureza imutável da vitória histórica sobre nossos inimigos”, propondo a transformação da celebração para a “*Fiesta de la Tolerancia*”. Embora tenha falhado em transformar a celebração, o manifesto desencadeou novas políticas de associação entre lideranças de comunidades étnicas diversas, o comitê público da cidade e setores nacionalistas da população¹¹⁶.

Neste sentido, a política governamental andaluza encontra-se atualmente em um ponto de convergência estratégica entre partidos regionalistas, líderes de comunidades migrantes marroquinas, ONGs pro-imigração e outros atores diversos da região. A fim de fortalecer a identidade coletiva andaluza e sua diferenciação imediata do nacionalismo espanhol centralizador, os atores dividem-se e demandam por ações diretamente associadas à realidade dos confrontos étnicos na cidades andaluzas: por exemplo, as comunidades muçulmanas migrantes e nativas convertidas clamam pelo reconhecimento oficial do *topos* “cristãos *versus* islâmicos”, apoiadas por setores e instituições islamofílicas. Ainda assim, Dietz aponta para o perigo da nova estigmatização do “*buen moro*”, legitimando políticas orientalistas e práticas de gentrificação dos espaços ocupados por comunidades migrantes economicamente vulneráveis¹¹⁷.

2.3 Os conflitos

Em fevereiro de 2000, na cidade de El Ejido na península de Andalucía, o aumento dos níveis de violências físicas e verbais, associados à casos constantes de enfrentamento entre cristãos espanhóis e imigrantes em sua grande maioria marroquinos, produziram ecos

¹¹⁵ DIETZ, 2004 : 1102

¹¹⁶ DIETZ, 2004 : 1102, apud: GARCÍA CASTAÑO, 2000.

¹¹⁷ DIETZ, 2004 : 1102.

de um discurso criado durante a Reconquista, relacionados a lenda da “perda da Espanha” e a invasão árabe do século VIII¹¹⁸. O episódio contou com o incêndio de mesquitas e perseguições de imigrantes e descendentes de árabes na cidade. A violência de El Ejido foi desencadeada a partir do assassinato da jovem Encarnación López, supostamente esfaqueada por um imigrante marroquino em acompanhamento psiquiátrico. Na noite de sábado (20) para domingo, a violência tomou proporções inéditas, desencadeando uma resposta imediata por parte do Ministério das Relações Exteriores, enviando aproximadamente 500 agentes da segurança e outros da Guarda Civil para interditar partes das regiões de Valência, Málaga, Granada, Sevilla, Madrid e Murcia¹¹⁹.

Para Arigita, pouco importaram as evidentes diferenças entre os imigrantes e aqueles sujeitos históricos que conquistaram a Península séculos antes: a “ameaça moura” era real e tangível à população branca e cristã¹²⁰. Conforme descreve Flesler (2001), a “ameaça moura” tem um passado histórico longo, como uma história habilmente alimentada pelo medo, que foi e é constantemente justificativa para diversos episódios de crueldade contra muçulmanos no país, como a repressão de rebeldes mouriscos em La Alpujarra no século XVI, a pesada repressão à emergência do nacionalismo marroquino no século XX, assim como episódios de violência religiosa por parte do exército espanhol na Guerra Civil¹²¹.

Em termos atuais, o enfrentamento não cessou, mas adentrou uma nova forma complexa de identificação regional, especialmente na península de Andaluzia. A herança de El Ejido não foi apagada: a emergência de atores islamofóbicos, associados à um discurso nacionalista espanhol combinado ao movimento nacionalista andaluz, elevam o papel da cristandade como o marcador central do “ser espanhol”. Entretanto, o recente surgimento de estratégias governamentais andaluzas de islamofilia, pautadas sobre as bases da defesa do pluralismo religioso como o legado oficial da região, tem como objetivo central a elevação do status da região como supra-local, desassociado da herança padronizante da identidade castelhana. Para fazê-lo, recorrem à celebração de Al-Andaluz e a rejeição da islamofobia¹²².

Arigita observa os espaços criados a partir da inter-relação entre os discursos locais e nacionais em relação ao passado, prestando especial atenção às dinâmicas contraditórias que contribuem com a formação da perspectiva comum sobre a “questão islâmica” e a narrativa histórica espanhola. Desta forma, ela advoga a visão dos muçulmanos na Espanha não

¹¹⁸ ARIGITA, 2018 : 74

¹¹⁹ EL PAÍS, 2000.

¹²⁰ FLESLER, 2001 : 75

¹²¹ FLESLER, 2001 : 75

¹²² DIETZ, 2004, 1088

somente enquanto parte dos fenômenos e tendências recentes (como a migração econômica e o ativismo político transnacional), mas como eles se interseccionam com os acontecimentos do passado, e as narrativas históricas sistêmicas de exclusão e integração, seja forçada ou voluntária. Arigita vê o legado de Al-Andaluz enquanto ferramenta explorada por projetos políticos atuais, assim como serviu a narrativas coloniais criadas durante o Protetorado Espanhol no Marrocos¹²³.

Segundo a autora, a nova abordagem frente à Al-Andaluz pode reverter o mecanismo de exclusão, modificando a percepção geral frente aos mouriscos, observados sobre uma nova luz positiva e mais plural, ou a criação de um “mito positivo”.

Enquanto abarcando o significado de um passado compartilhado que se mantém vivo pela memória coletiva dos descendentes mouriscos, o mito positivo pode e deverá servir como um mecanismo para o reconhecimento do Islam como parte da identidade histórica da Espanha. **ARIGITA, 2018 : 5, tradução da autora.**

Para melhor compreender a profundidade dos laços marroquinos-espanhóis, compartilho a abordagem de Elena Arigita (2018) e introduzo a análise à partir do marco histórico de 2009, quando diversas propostas foram submetidas para a criação de comemorações oficiais do aniversário do Decreto de Expulsão dos Mouriscos em 1609, que levou ao exílio de aproximadamente 4% da população espanhola, devido à sua ancestralidade muçulmana¹²⁴. A presença de árabes e imigrantes muçulmanos foi tolerada após a Reconquista Ibérica, especialmente sob o édito da Capitulação da Santa Fé de 1492, que permitia a manutenção da cultura, linguagem, religião, etc, daqueles que permaneceram na Espanha cristã. Entretanto, as políticas de assimilação forçada dos muçulmanos enquanto grupo “derrotado” (necessariamente subjacente) ao longo do século XVI culminaram na expulsão forçada, vigente durante 1609 a 1613, patrocinadas pelo Estado¹²⁵.

Surge a questão: as tendências segregantes são reações à “ameaças” reais que podem ser associadas ao aumento da imigração proveniente de países islâmicos ou, como determina a autora, são instrumentos desenvolvidos à partir das próprias relações conflituosas internas ao país receptor, em especial aquelas ligadas a identidades, relações de inclusão e exclusão?¹²⁶ Quais, então, serão as alternativas em desenvolvimento para o constantemente

¹²³ ARIGITA, 2018 : 239

¹²⁴ ARIGITA, 2018 : 238

¹²⁵ ARIGITA, 2018 : 238

¹²⁶ DIETZ, 2004 : 1088

evocado “choque de civilizações” nos encontros, intersecções e sobreposições entre as identidades e culturas “anfitriãs” (*host*) e “convidadas” (*guest*).¹²⁷.

A “política da memória” será essencialmente regional, e não nacional. Para Arigita, a política da memória é criada distante do centro de poder político: as comemorações criadas são fruto da política de lembrança de “segundas ou terceiras” elites, enquanto frequentemente originadas internamente à sociedade civil, sendo tomadas por grupos detentores de poder, os quais transformam a memória em instrumentos de dominação, determinando o que e quem fazem parte das lembranças coletivas, e quais partes do passado deverão ser verdadeiramente celebradas, e quais serão esquecidas ou demonizadas. Para a autora, a posição destes grupos torna-se constantemente redentora: a esperança nascendo da superação da “tragédia”¹²⁸.

Na literatura contemporânea, apenas uma minoria dos pesquisadores advogam o racismo como motivação principal do sentimento de xenofobia na Europa. Ao invés do racismo, considerado mais recorrente na esfera dos Estados Unidos, a “cultura” é tida como o norteador do sentimento e das políticas anti-imigrantes no continente europeu¹²⁹. Flores (2015) observa o caso espanhol, contestando o paradigma vigente: a partir do status da Espanha como atrativo de novas tendências migratórias, ademais das inúmeras correntes de imigrantes já incorporados ao Estado espanhol à gerações, torna-se possível observar com base nas rápidas mudanças demográficas se as fronteiras étnicas com base em atributos culturais (compreendidos por Flores como fatores tais quais nacionalidade e religião) sobrepõem o racismo como o diferenciador entre diferentes grupos identitários¹³⁰.

Diferentemente de seus companheiros pesquisadores, Flores advoga o uso primeiramente do relato das experiências observadas por imigrantes de 1ª e 2ª geração, assim como descendentes de imigrantes de 1ª geração por parte de somente um de seus genitores (por exemplo, filhos (as) de mães imigrantes e pais de nacionalidade nata, etc, nomeados pelo autor de imigrantes de 1.5ª geração. Para Flores, os relatos de discriminação por parte dos imigrantes não têm sido observados nos estudos atuais em matéria de mesurar episódios xenofóbicos e o sentimento geral de “não-pertencimento” instaurado na sociedade receptora, podendo contribuir com informações inéditas em relação a compreensão dos próprios imigrantes frente às fronteiras étnicas que os rodeiam, e como mudam de acordo com as características individuais, o tempo de convivência entre nativos e os efeitos das políticas de

¹²⁷ARIGITA, 2018, apud: HUNTINGTON, 1996. Tradução da autora

¹²⁸ ARIGITA, 2018 : 3, apud: WINTER, 2001.

¹²⁹ FLORES, 2015 : 238

¹³⁰ FLORES, 2015 : 238, apud: MOLINA, 1994.

aculturação. Os relatos por parte de nativos, por outro lado, tendem a serem distorcidos por estereótipos estatísticos baseados em diferentes nacionalidades, constantemente baseados em perspectivas tendenciosas de imigrantes de 1ª geração, especialmente após a crise econômica de 2008¹³¹.

Embora raça, religião e nacionalidade sejam passíveis de serem compreendidos como partes ou casos específicos da etnicidade, os três campos aportam análises e contabilizações diversas entre si¹³². Flores aqui observa o fator “raça¹³³” como o conjunto de traços físicos, enquanto associa fatores como “religião” e “nacionalidade” com a gama de aspectos culturais que envolvem práticas desenvolvidas e passadas, como a cidadania e crenças espirituais¹³⁴. Ainda, na literatura acadêmica, são associados os termos “raça” e “cultura¹³⁵” em pé de igualdade: a expressão “racismo cultural” foi desenvolvida por estudiosos europeus para referirem-se à crença das elites europeias da contraposição imutável entre os “valores europeus, ocidentais” e as respectivas práticas culturais de imigrantes¹³⁶.

Retomando Max Weber (1978), Flores observa o papel crucial da perspectiva dos imigrantes em relação às suas próprias experiências e a condição do país em que se instalaram. Como descreve, a migração é um dos principais meios de formação dos grupos étnicos, enquanto imigrantes entram e se mantêm em contato com nativos, em cadeias de relações de aceitação ou rejeição desenvolvidas a partir das características desprendidas dos recém-chegados. Deste modo, ao descobrir a qual parte de suas identidades (religião, raça, nacionalidade ou demais) os imigrantes consideram ser aquela que os desprendem em relação aos nativos, ou os tornam passíveis de serem recebidos por ideias xenófobas. Assim, esses dados demonstraram de qual modo as fronteiras étnicas são reformuladas enquanto mutáveis, de modo que suas reações frente ao comportamento geral do Estado receptor formam as políticas de mobilização do futuro¹³⁷.

Consequentemente, o entendimento da essência das relações imigrantes-nativas é crucial também por que descreve a maneira sobre as quais indivíduos conseguem acesso a

¹³¹ FLORES, 2015 : 239

¹³² FLORES, 2015 : 239

¹³³ Neste trabalho, a definição estrita de “raça” utilizada pela autora será correspondente àquela compartilhada por FLORES (2015), que delimita o fator “raça” enquanto o conjunto de traços (físicos e comportamentais) associados à ancestralidade, enquanto integrados em maior ou menor escala aos demais elementos integrados à etnicidade, tais quais a cultura e religião.

¹³⁴ FLORES, 2015 : 240

¹³⁵ O conceito de “cultura” empregado pela autora neste trabalho corresponderá ao conjunto de práticas de convivência e ritualística geracional aprendido por indivíduos de um grupo/comunidade. **FLORES, 2015. apud: SEWELL, 1999; SWIDLER, 1986.**

¹³⁶ FLORES, 2015 : 240

¹³⁷ FLORES, 2015 : 241, apud: WIMMER, 2008.

privilégios e oportunidades, enquanto outros são privados destes. Ainda, Flores argumenta em relação àquelas fronteiras rígidas¹³⁸, por exemplo aquelas marcadas por traços raciais, aumentam o custo associado à mudança de *status* em relação a seus iguais, causando exclusão, sentimentos de deslealdade, etc. Seguindo essa lógica, imigrantes serão discriminados parcialmente em razão de sua cultura, embora à medida que se aproximam e envolvam com a cultura da maioria nativa, tornam-se mais “aceitáveis”. Assim, o paradigma da entre discriminação e aculturação são marcantes nos países polos da imigração histórica e contemporânea. Por outro lado, a teoria do conflito (“*conflict theory*”) rejeita a hipótese de que a aculturação associada à incorporação de imigrantes à cultura local levará necessariamente a seu aceite na sociedade receptora. Pelo contrário, ela prevê o aumento da percepção dos imigrantes em relação à sua condição de aculturação e exclusão, gerando o aumento do entendimento geral da xenofobia, a “realidade da discriminação” a qual estão submetidos¹³⁹.

Ainda sob a lógica da teoria do conflito, Flores referencia Portes e Zhou (1993) trazendo a tona o efeito da classe social frente à lógica da aculturação: aqueles imigrantes dotados de maiores capacidades econômicas são constantemente assimilados com maior facilidade pela cultura nativa, enquanto aqueles de menor capacidade econômica encontram maiores dificuldades para separar-se de sua cultura e adentrar a da maioria, enfrentando maiores casos de rejeição e exclusão, transformando-se nas minorias racializadas. Este grupo, então, não estará mais sujeito à aculturação que os demais, mas tem maior probabilidade de torna-se mais perceptivos que os demais em relação à sua situação subjugada¹⁴⁰.

Consequentemente, a identidade dos imigrantes é também diretamente afetada pela percepção de sua posição na sociedade que reside, das oportunidades que estará passível de receber (ou de ser privado (a) destas), e demais efeitos de seu lugar. Por conseguinte, migrantes que observam sua posição como positiva, ou de privilégio, tendem a diminuir o grau das discriminações que sofrem quando as relatam; enquanto migrantes que se consideram em desvantagens em relação aos demais aumentam o “peso” de fatores étnicos, como raça e religião, em suas vidas e de seus parentes. Nesta perspectiva, o fator determinante deixou de ser a interação direta entre nativos e imigrantes, e como ela se desenrola, mas sim a “lógica da cultura” sobre a qual os imigrantes interpretam suas experiências¹⁴¹.

¹³⁸ O autor aqui as descreve como “não-ambíguas”.

¹³⁹ FLORES, 2015 : 242

¹⁴⁰ FLORES, 2015 : 242

¹⁴¹ FLORES, 2015 : 242, apud: WATERS, 1994.

Nos Estados Unidos, a raça é geralmente considerada o diferenciador social dominante (Bourdieu and Wacquant 1999; Heisler 2000). Em contraste, estudiosos europeus, particularmente fora do Reino Unido, têm constantemente questionado a validade do conceito de raça na Europa (Heisler 2000). Em um artigo influente, Bourdieu and Wacquant (1999, 45-46) argumentam que experiência americana com a raça é extremamente “particular” e que usá-la fora do contexto dos Estados Unidos em um contexto acadêmico é uma “imposição” da “visão de mundo americana” como um “ponto de vista universal”. **FLORES, 2015 : 242, apud: WATERS, 1994. Tradução da autora.**

Atores europeus normalmente recebem com ceticismo a ideia do envolvimento do fator “raça” como parte da perspectiva de cultura e etnicidade sobre a qual a relação de xenofobia é desenvolvida, recorrendo ao fator nacionalidade para descrever a essência das diferenciações entre grupos¹⁴². Isso será especialmente verdade frente a atores muçulmanos, por exemplo. Independentemente de sua nacionalidade, imigrantes da religião islâmica são percebidos como discriminados principalmente por seus valores culturais e pela “falta de vontade” de integrar-se. Ainda, o número de ataques e ameaças terroristas com alegados motivos religiosos, em especial o Islam, transformaram a religião no fator fundamental nas análises de pesquisadores europeus. Em virtude disso, Flores enxerga as bases ideológicas e legais do “sistema de castas” do emprego colonialista europeu na Espanha e suas possessões¹⁴³.

Assim na Espanha contemporânea como em seus Estados conterrâneos europeus, a ideia de “raça” tem sido rejeitada por intelectuais e pesquisadores, especialmente em função de sua presença como fator principal nas práticas de “limpeza étnica”. Atualmente, o governo espanhol proibiu oficialmente o recolhimento de dados de base racial¹⁴⁴, de modo que a valorização da “cidadania universal” como amenizador das diferenças raciais de herança colonial. É possível desprender, desta forma, a tentativa generalizada de apagamento ou afastamento da memória coletiva do legado franquista da limpeza étnica, assim como da herança racista colonial escravocrata¹⁴⁵. Por exemplo, Flores atesta o não-recolhimento de dados de cunho racial especialmente frente a imigrantes e/ou gerações locais de romanis ciganos.

Ademais, intelectuais europeus também alegam que a baixa incidência do fator racial na diferenciação étnica será especialmente verdade no sul da Europa, em razão da proximidade ao norte da África e a miscigenação provinda do Oriente Médio no

¹⁴² FLORES, 2015 : 244. apud: KOOPMANS, et al. 2005.

¹⁴³ FLORES, 2015 : 244

¹⁴⁴ FLORES, 2015 : 244. apud: FLECHA, 2001.

¹⁴⁵ FLORES, 2015 : 244. apud: DIEZ MEDRANO, 2005 & MOLINA, 1994.

Mediterrâneo¹⁴⁶. Em virtude dessa lógica, estudiosos espanhóis advogam a diversidade cultural como principal marcador das fronteiras étnicas na Espanha. Deste modo, eles argumentam a maior afinidade entre latinoamericanos e imigrantes do oeste europeu aos nativos espanhóis, sendo melhor recebidos em relação aos demais imigrantes, sobretudo aqueles como os marroquinos islâmicos, percebidos como o grupo mais distinto dos nativos¹⁴⁷.

A lógica da aculturação como prática de integração e aproximação entre grupos étnicos é baseada nas análises que percebem a cultura como fator norteador da discriminação. Entretanto, as análises com base nas percepções da discriminação por parte de migrantes observam resultados inversamente proporcionais à teoria clássica da assimilação, e abarca outros fatores como base. A partir da lógica que descreve a construção das fronteiras étnicas como socialmente realizadas, pode-se concluir que a fronteiras raciais, do mesmo modo, serão construídas com base na crença generalizada (ou de um número de suficiente de indivíduos) de que um grupo compartilha uma ou mais características intrínsecas em razão de sua ancestralidade¹⁴⁸.

No caso da discriminação com “base cultural”, os relatos dos imigrantes dependem de quão desiguais a culturas dos imigrantes são percebidas em relação àquela do grupo majoritário na sociedade receptora. Mais formalmente, “ $c = \beta_0 + \beta_1A + \beta_2X + e$ ”, onde c é a probabilidade de relato do grau de aculturação dos imigrantes na sociedade receptora, variando por gênero, idade, e nível de educação, como um índice de distúrbio. Esse modelo prevê menores índices de relatos de discriminação por nacionalidade, ao passo que a distância cultural percebida entre nativos e imigrantes diminui. No caso da discriminação racial, o modelo prevê que as percepções dessa discriminação dependem não somente do nível de aculturação dos imigrantes, mas também na sua visibilidade física, e na interação entre aculturação e visibilidade: “ $r = \beta_0 + \beta_1A + \beta_2V + \beta_3(A \times V) + \beta_4X$ ”. Nesse modelo, a aculturação (A) tem sinal positivo, o que indica que os relatos de discriminação racial (r) são previstos a aumentar ao passo que imigrantes tornam-se mais aculturados na sociedade receptora. V é a medida da visibilidade física do imigrante. No caso da Espanha, imigrantes de pele mais escura têm maior tendência a se destacar. Finalmente, o termo de inter-relação entre aculturação e visibilidade implica que imigrantes que são mais fisicamente distintos dos nativos tendem a relatar mais casos de discriminação racial enquanto sua aculturação aumenta. Esse modelo prevê que os relatos de discriminação racial tendem a ser mais frequentes em imigrantes de alta visibilidade e alta aculturação, simultaneamente. FLORES, 2015 : 246. (Tradução da autora)

¹⁴⁶ FLORES, 2015 : 244. apud: BAIL, 2008 : 45.

¹⁴⁷ FLORES, 2015 : 246. apud: APARICIO, 2007.

¹⁴⁸ FLORES, 2015 : 246

Com base na extensa análise de Flores e seus resultados, surgem algumas considerações importantes à este trabalho: a primeira pesquisa desenvolvido pelo autor fez uso do ILSEG - Estudo Longitudinal da Segunda Geração (*La Investigación Longitudinal sobre la Segunda Generación*)¹⁴⁹, que tomou lugar em 2008 e 2009 em Madrid e Barcelona, respectivamente. A ILSEG contou com a participação de 6,960 adolescentes de idades entre 12 a 17 anos, sendo imigrantes de segunda geração. Dentre os resultados levantados pelo ILSEG de maior relevância para Flores e este trabalho, seguem: apenas 2.9% dos indivíduos de pais conjuntamente imigrantes e nativos (ou “geração 1.5”), observam a discriminação que sofrem ou sofreram como religiosa, sendo especialmente alta em meio à imigrantes marroquinos. A nacionalidade, por sua vez, representou o maior número de respostas, seguida pela discriminação racial, respectivamente 17% e 12%.

Por conseguinte, entrevistados que retêm traços de ancestralidade africana tenderam a relatar com maior frequência casos de discriminação racial, sendo os mais acentuados destes os imigrantes da África subsaariana em 46%, dominicanos em 22% e marroquinos em 14%, seguidos por outros em menor porcentagem, como asiáticos e latinoamericanos provenientes de países com populações indígenas significativas¹⁵⁰. No caso dos imigrantes do leste europeu, a discriminação por nacionalidade teve maior número de casos relatados, particularmente por parte de romanis, somando quase 40% dos relatos. Conforme descreve Flores, o número total de casos de discriminação racial estiveram quase iguais em relação à estudos de mesma finalidade nos Estados Unidos¹⁵¹.

Analisando com maior profundidade o fator discriminação, Flores inclui em sua contabilização a assiduidade da presença em locais e/ou eventos religiosos (mesquitas, igrejas, etc), como possíveis potencializadores da discriminação religiosa. O resultado da pesquisa demonstrou que a juventude de regiões de maior concentração islâmica é mais passíveis de relatar casos de discriminação religiosas, especialmente marroquinos e paquistaneses. Podemos depreender a conclusão de que o Islam é a principal variante quanto abordamos a proeminência da discriminação religiosa sobre as demais na Espanha. Ainda, Flores demonstra o efeito da variante “anos vividos no território” sobre a tendência de maior ou menor número de relatos de discriminação, agindo diferentemente com base no fator principal da discriminação (raça, cultura, religião, etc): o autor conclui que, no caso de imigrantes de 1ª geração, cada ano passado na Espanha diminui a tendência a relatar casos de

¹⁴⁹ INSTITUTO UNIVERSITARIO DE OBSERVACIÓN ORTEGA MARAÑÓN, 2022.

¹⁵⁰ FLORES, 2015 : 247

¹⁵¹ FLORES, 2015 : 247

discriminação com base em nacionalidade e religião, enquanto aumenta a magnitude dos casos de relatos de discriminação racial¹⁵².

Compreendemos, portanto, que o viés religioso tende a tornar-se menos relevante à medida que imigrantes vivem mais anos na Espanha, com exceção do caso do Islam, remetendo à antítese historiográfica “muçulmanos *versus* cristãos”, como já descrito, uma das bases mais radicais do imaginário nacionalista espanhol. Ainda, o fator racial (de base fenotípica) tende a aumentar em na maior parte dos grupos entrevistados, sugerindo que o racismo é atualmente o maior diferenciador entre diferentes grupos étnicos no país. Como prevê Flores, o aumento da percepção da discriminação racial varia de acordo com o a nacionalidade em análise e o número de anos vividos no país: imigrantes não-europeus tendem a aumentar sua percepção racial ao passo que vivem mais anos na Espanha, principalmente no caso de dominicanos, africanos subsaarianos e marroquinos¹⁵³.

Contudo, no caso de imigrantes de segunda geração (aqueles necessariamente nascidos na Espanha), a discriminação com base em nacionalidade desaparece, da mesma forma que a discriminação religiosa diminui drasticamente, mesmo no caso de marroquinos (ainda que se mantenha mais alta entre os grupos analisados, em 10%). Consequentemente, marroquinos de segunda geração tendem a descrever menor discriminação religiosa em relação a seus iguais de 1ª geração (em 14%). Ainda sim, a discriminação racial também aumenta proporcionalmente no caso de 2ª geração, sendo o fator mais frequente dentre os observados na pesquisa. Em síntese, embora a natividade em território espanhol seja fundamental à queda na discriminação por nacionalidade e religião, ela também será fundamental ao aumento na discriminação racial, tendendo a se acentuar com mais anos vividos na Espanha, como demonstra a variação positiva no número de casos entre imigrantes de 1ª / 1.5ª geração e 2ª geração¹⁵⁴.

De acordo com meus resultados prévios, os coeficientes para os termos de interação sugerem que a maior parte dos imigrantes de 2ª geração não-europeus reportam mais discriminação racial do que seus semelhantes de 1.5ª geração. Em contraste, nenhum argentino ou oeste-europeu relatou discriminação racial, o que levou à dissociação de seus termos de interação pelo *software* estatístico por previsão perfeita. Assim como seus co-étnicos de 1.5ª geração, africanos subsaarianos e dominicanos de 2ª geração relatam altos níveis de discriminação racial, conjuntamente a demais grupos não-europeus (incluindo asiáticos, marroquinos e indianos). **FLORES, 2015 : 256. (Tradução da autora)**

¹⁵² FLORES, 2015 : 249

¹⁵³ FLORES, 2015 : 252

¹⁵⁴ FLORES, 2015 : 256

Além disso, Flores relembra o papel da aculturação nos dados recolhidos: o efeito estatístico do aumento do número de anos vividos na Espanha pode ser associado à políticas de aculturação em alguns casos. Por conseguinte, o grau de exposição dos imigrantes (especialmente aqueles de 2ª ou 1.5ª geração) à sociedade espanhola poderá afetar a probabilidade dos indivíduos de experienciar mais momentos de discriminação, independentemente de seu “grau” de aculturação. Seguindo esta lógica, mais tempo vivido na Espanha não necessariamente determina mais aculturação, ou mais aquisição da cultura espanhola, especialmente por parte de grupos de imigrantes instalados em comunidades isoladas¹⁵⁵. Ainda, uma outra variável é abordada por Flores para determinar as conclusões da pesquisa: a disputa por meios escassos, como o mercado de trabalho, não é levada em consideração no caso do ILSEG¹⁵⁶. Portanto, Flores introduz o “*La Voz de Los Inmigrantes*” (VDI), uma pesquisa realizada entre 2000 e 2004 com imigrantes de primeira geração a partir de 16 anos de idade¹⁵⁷.

O VDI entrevistou por volta de 3.048 imigrantes das regiões da Catalunha, Madrid, Ilhas Canárias, Andaluzia e Valência, sendo respectivamente as regiões com maior número de imigrantes na Espanha até então. Os entrevistados foram questionados se têm dificuldades em conseguir/procurar emprego, e se sim, qual a razão principal que os elimina do mercado de trabalho. Dentre as respostas mais significativas, encontramos consonância entre os resultados desprendidos do ILSEG e nossas considerações: raça e nacionalidade dividem o primeiro lugar entre os motivos, enquanto a religião não alcança mais de 1%, embora seja exclusivamente mais alta entre entrevistados marroquinos, de 1.2%¹⁵⁸. Assim como já confirmado na primeira pesquisa, grupos de imigrantes subsaarianos, indianos e marroquinos reportam maiores níveis de discriminação racial, principalmente quando comparados com imigrantes do “Cone Sul”, como argentinos, uruguaios e demais europeus. Igualmente, a probabilidade discriminação racial aumenta com os anos vividos na Espanha, ao passo que a discriminação por nacionalidade diminui¹⁵⁹.

Os resultados totais conjuntos das duas pesquisas permitem uma gama de conclusões em relação ao papel dos fatores citados na construção e transformação das barreiras étnicas

¹⁵⁵ FLORES, 2015 : 255

¹⁵⁶ FLORES, 2015 : 259

¹⁵⁷ Flores observa a necessidade de um uso de pesquisas alternativas de outros anos que não 2008, em razão do possível efeito negativo momentâneo da crise econômica de 2008 na Espanha sobre a visão geral frente aos imigrantes.

¹⁵⁸ FLORES, 2015 : 260

¹⁵⁹ FLORES, 2015 : 263

entre grupos diversos na Espanha. Para efeitos mais restritos em relação a este trabalho, darei ênfase àqueles referentes à imigrantes marroquinos de todas as gerações como grupo. Primeiramente, a religião será um fator secundário enquanto causador de discriminação entre nativos e imigrantes, ainda que o Islam (majoritariamente praticado por marroquinos muçulmanos no país) seja considerada a religião mais discriminante em relação às demais, constantemente evocada no mito nacionalista “*muçulmanos versus cristãos*”. Em segundo lugar, contrariando a crença geral compartilhada por intelectuais europeus, a raça será o fator mais determinante frente à discriminação de imigrantes, sendo especialmente acentuada no caso de imigrantes de países de maioria não-branca, como o Marrocos e demais países do Norte da África. Terceiro, discriminação por nacionalidade tende a cair à medida que grupos imigrantes vivem mais anos na Espanha, descrevendo efeito direto da “aculturação” e absorção da cultura majoritária espanhola¹⁶⁰.

Neste mesmo sentido, a queda da discriminação por nacionalidade vem ao encontro à acentuada percepção de discriminação racial ao longo dos anos¹⁶¹. Portanto, Flores observa que os marroquinos não são o grupo migratório mais discriminado por nacionalidade, cedendo seu lugar aos imigrantes da Romênia. Por outro lado, eles ocupam um lugar significativo enquanto parte dos grupos de imigrantes mais discriminados por motivos raciais¹⁶². De fato, o caso da Espanha demonstra a justificativa falha das elites intelectuais e políticas do ocidente europeu de apagar a “raça” como elemento de discussão em esfera social. Neste sentido, a tentativa de incorporar o modelo contemporâneo universalista de civilização “não-racializada” falha, enquanto tropeça no aumento significativo da discriminação racial enquanto diferenciador de grupos nos Estados pluriétnicos europeus. Como argumenta Flores, embora o fator racial seja intencionalmente apagado do “repertório étnico” oficial dos Estados europeus e seus governos, ele torna-se cada vez mais a lente sob a qual imigrantes desvendam suas experiências enquanto marginalizados na Europa¹⁶³.

A partir destes pontos desenvolvo algumas considerações: a herança do darwinismo social como base da experiência colonialista europeia é uma expressão direta da presença do fator racial como diferenciador étnico, principalmente interna às “nações europeias” e seus territórios “conquistados”. A elite intelectual europeia contemporânea herda também o legado orientalista de seus antepassados, aqui compreendido como uma face posterior do

¹⁶⁰ FLORES, 2015 : 264

¹⁶¹ FLORES, 2015 : 264

¹⁶² FLORES, 2015 : 264. apud: APARICIO, 2007 & MORALES et al. 2008

¹⁶³ FLORES, 2015 : 264

darwinismo social, servindo como justificador da prática colonial até a metade do século XX. Com base nessa perspectiva, é impossível negar a presença do fator racial enquanto parte da discriminação pautada, por exemplo, à grupos adeptos do Islam e suas práticas. Assim, o uso restrito da cultura como fator norteador do estudo das fronteiras étnicas enquanto parte dos movimentos nacionalistas será, acima de tudo, reducionista.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Retomamos, em primeiro lugar, o conceito de “nacionalismo tardio”, concebido por parte das elites intelectuais europeias a respeito da Espanha. Como já observado neste trabalho, Ernest Gellner associa a Era Moderna como a “era dos nacionalismos”, nas quais desenhou-se a centralidade da “unidade nacional” como objeto de identificação tácita por parte de seus nacionais, ou seja, inalienável enquanto demarca aqueles que compõem o elemento nacional e suas respectivas características grupais. Neste sentido, retomamos Bernecker e Quiroga (2016), enquanto observam o processo de nacionalização associado às manobras de transmissão de identidades via canais de narrativas “nacionais”, alcançando os indivíduos receptores em esferas públicas e privadas. Dentre as práticas de nacionalização, encontramos a retomada ou construção de símbolos integrados à uma respectiva identidade nacional, e incorporados à prática cotidiana dos receptores, ou “nacionalização por debaixo”¹⁶⁴.

Observamos também os efeitos alienantes da lógica dos Estados modernos nacionais europeus frente às demais formas de organização étnica e social. A Espanha, diferentemente de seus vizinhos ocidentais, preservou, mesmo que não intencionalmente, a força de identificação dos “regionalismos”, ou a fortíssima influência dos grupos periféricos que compõem o território espanhol não-centralizado. Assim, o caráter “tardio” da nacionalização de massas por parte do Estado espanhol representa a proeminência das identidades regionais frente ao governo central. Conforme exposto no Capítulo 2, o projeto nacional espanhol do século XIX fracassou em estabelecer uma nova identidade construída centralizada, ou o “ser espanhol”, enquanto diferenciável em relação aos demais nacionais europeus, mais potente e uniformizante frente às diversas identidades em seu território. Neste quadro, o liberalismo foi adotado enquanto preservando a diversidade identitária entre as elites regionais e o governo central¹⁶⁵.

Ainda assim, a supremacia do projeto universal de identificação tácita ao Estado sobre nacionalismos garantiu a permanência da luta pela exportação de um projeto nacional espanhol centralizante por parte de oligarquias políticas e econômicas na Espanha,

¹⁶⁴ BERNECKER, 2016 : 270

¹⁶⁵ BERNECKER, 2016 : 273

associadas a instituições como a Igreja Católica e a Monarquia. Contudo, foi somente a partir da ditadura de Francisco Franco que o projeto unificador de uma Espanha central castelhana-católica e absoluta sobre as demais identidades regionais foi efetivamente instaurado pela primeira vez¹⁶⁶. Da mesma forma, a partir da década de 90 do século XX, a reemergência de correntes ideológicas nacionalistas castelhanas exigiram a “normalização” da historiografia espanhola, ou a padronização de seu processo histórico ao modo universal nacional da Europa ocidental¹⁶⁷. Por analogia, encontramos as políticas de violência sistêmica do período franquista especialmente associadas ao argumento de Tezcür & Gürses, que prescreve o enfraquecimento das demais identidades em contextos políticos os quais a segurança é arbitrária, estabelecendo a necessidade de adequação dos indivíduos que compõem as identidades diversas à nova norma social central. Conforme observamos, a identificação tácita no nacionalismo não será universal, mas condicional enquanto política de Estado¹⁶⁸.

Ademais, o saudosismo e a elevação da “glória do passado” são fortes elementos da política de construção da ideologia nacional de Franco. Neste sentido, a glorificação das “vitórias” do passado acompanha paralelamente a supressão dos elementos injuriosos da história nacional, de modo a construir um arsenal historiográfico que busca legitimar o domínio político por grupos específicos e suas respectivas medidas governamentais. Acima dos demais elementos simbólicos dessas políticas saudosistas, encontramos os mitos como elementos de maior papel coercitivo social¹⁶⁹. Conforme observado no Capítulo 2, o processo ativo de criação de mitos nacionalistas centralizadores na Espanha teve parte fundamental nos conflitos a partir do século XIX: grupos intelectuais embebidos da lógica universalizante européia tornaram-se responsáveis pela formulação dos mitos nacionais, a despeito dos processos nacionais populares dos demais países da Europa Ocidental¹⁷⁰.

Dentre os mitos nacionais espanhóis, observamos aquele que preserva (ou eleva) a dicotomia “mouros *versus* cristãos” da Reconquista, servindo como instrumento de legitimação de perseguições étnicas e casos de islamofobia nas penínsulas espanholas. Dentre a população demarcada “mouro inimigo”, encontramos a comunidade marroquina como objeto central do discurso “nós *versus* eles”, principal elemento evocado pelos movimentos nacionalistas contemporâneos. Neste sentido, a Conquista Árabe de 711 da Península Ibérica

¹⁶⁶ BERNECKER, 2016 : 273

¹⁶⁷ MOTTA, 2022 : 25. apud: BERNECKER, 2016 : 268

¹⁶⁸ MOTTA, 2022 : 25. apud: TEZCÜR & GURSES, 2017 : 213

¹⁶⁹ CUNHA, 2009 : 237

¹⁷⁰ BERNECKER, 2016 : 272. apud: QUIROGA, 2013.

são retomadas pontualmente com finalidade política, de modo a estabelecer bases sólidas e legitimadas para manobras políticas consequentes, desde a movimentação colonial espanhola, o apagamento histórico de elementos islâmicos, a limpeza étnica, e demais políticas de Estado.

Logo, observamos o processo complexo de formulação nacionalista espanhol, compreendido por intersecção entre comunidades e vínculos históricos imemoriais, ou um grande “vínculo comunitário”, nos remetendo à ideia de comunidades imaginadas e seus respectivos movimentos nacionais¹⁷¹. Como um exemplo vivo do caráter construído da simbologia nacional e seus efeitos encontramos o uso da palavra “Espanha” substituindo a expressão “Estado espanhol”: o uso generalizado de “Espanha” para referir-se à gama de elementos simbólicos concentrados pelo governo Francisco Franco, frequentemente associados à ditadura e seus componentes hostis, têm sido rejeitado não somente por intelectuais mas por parte expressiva da população das comunidades periféricas, diretamente opostas à “Espanha de Madrid” e seus elementos centralizados¹⁷². Estas comunidades, alheias à identidade castelhana nacionalista, são atores principais dos conflitos políticos e sociais que buscam a independência e/ou reconhecimento oficial de sua existência frente à Madrid. Ainda sim, regiões como a Andaluzia são palco de grandes dificuldades em relação à formulação de uma “identidade andaluza” comum, enquanto procura conciliar elementos católicos castelhanos e uma massiva população migrante geracional.

Do mesmo modo, a federalização e as novas correntes migratórias contemporâneas contribuíram como fatores de incerteza na elaboração da identidade subnacional andaluza¹⁷³. Elementos como a “multiculturalização” acentuada e a herança histórica do conflito da Reconquista (e outros como a Guerra Civil Espanhola) demarcam conflitos atuais de formação de uma identidade compartilhada, como o caso da representação política de grupos dissipantes das elites políticas da península e a preservação do direito à prática religiosa de grupos islâmicos, por exemplo¹⁷⁴. Ainda, como já exposto no Capítulo 1 desta Monografia, a inter-relação entre a preservação de identidades étnicas dissidentes e a incorporação de indivíduos de comunidades periféricas à política é um elemento de conflito, enquanto observamos movimentos simultâneos de “desistência” e “integração”, ou seja, indivíduos de comunidades étnicas não-dominantes abdicam de elementos de sua identidade enquanto absorvem elementos da identidade dominante, de modo a sobreviverem no cenário político

¹⁷¹ BERCKENER, 2016 : 278

¹⁷² BERCKENER, 2016 : 279

¹⁷³ BERNECKER, 2016 : 273

¹⁷⁴ DIETZ, 2004 : 1088

representativo, enquanto colocam suas demandas e/ou de seus respectivos grupos sociais¹⁷⁵. Em razão desta lógica, relembramos que a mobilização étnica tende a ser restrita naqueles contextos políticos os quais a composição representativa em alto escalão engloba elementos e indivíduos de todas as comunidades étnicas coexistentes.

Além disso, outro elemento essencial à compreensão das relações entre comunidades étnicas distintas na formulação do nacionalismo espanhol contemporâneo será o fator racial. Tratando da problemática dos privilégios e oportunidades, a fronteira étnica demarcada entre indivíduos brancos castelhanos e demais indivíduos não-brancos de elementos fenotípicos não-europeus será latente, alimentando redes de discriminação racial e cultural associadas à recepção e aceitação de imigrantes ou elementos multiculturais no território espanhol. Neste sentido, a lógica da “aculturação” ou desistência de traços identitários dissidentes para integrar-se à cultura dominante local é limitada, enquanto observa elementos raciais como termômetro¹⁷⁶. Como compartilhado por Flores no Capítulo 2, diferentemente do concebido pelo paradigma intelectual vigente, a aculturação de imigrantes e sua inserção na comunidade dominante constantemente acentua a percepção de migrantes de sua própria condição de subjugação xenofóbica, desde episódios isolados às políticas de Estado¹⁷⁷.

Relembramos aqui o papel da etnicidade e da cultura enquanto elemento de demarcação de fronteiras entre grupos, especialmente sobre a lente de ideologias nacionalistas: a organização com base étnica é concebida como “natural”, ou seja, a reprodução de sua respectiva forma de vida ou visão de mundo será justificada enquanto “natural” àquela etnia e alheia às demais¹⁷⁸. Embora raça, religião e nacionalidade sejam passíveis de serem compreendidos como partes ou casos específicos da etnicidade, os três campos aportam análises e contabilizações diversas entre si¹⁷⁹. Flores aqui observa o fator “raça” como o conjunto de traços físicos, enquanto associa fatores como “religião” e “nacionalidade” com a gama de aspectos culturais que envolvem práticas desenvolvidas e passadas, como a cidadania e crenças espirituais¹⁸⁰. Ainda, na literatura acadêmica, são associados os termos “raça” e “cultura” em pé de igualdade: a expressão “racismo cultural” foi desenvolvida por estudiosos europeus para referirem-se à crença das elites europeias da

¹⁷⁵ BARTH, 1969 : 62

¹⁷⁶ O autor aqui as descreve como “não-ambíguas”.

¹⁷⁷ FLORES, 2015 : 242

¹⁷⁸ CUNHA, 2009 : 239

¹⁷⁹ FLORES, 2015 : 239

¹⁸⁰ FLORES, 2015 : 240

contraposição imutável entre os “valores europeus, ocidentais” e as respectivas práticas culturais de imigrantes¹⁸¹.

Retomando Max Weber (1978), Flores observa o papel crucial da perspectiva dos imigrantes em relação às suas próprias experiências e a condição do país em que se instalaram. Como descreve, a migração é um dos principais meios de formação dos grupos étnicos, enquanto imigrantes entram e se mantêm em contato com nativos, em cadeias de relações de aceitação ou rejeição desenvolvidas a partir das características desprendidas dos recém-chegados. Deste modo, ao descobrir a qual parte de suas identidades (religião, raça, nacionalidade ou demais) os imigrantes consideram ser aquela que os desprendem em relação aos nativos, ou os tornam passíveis de serem recebidos por ideias xenófobas. Assim, esses dados demonstraram de qual modo as fronteiras étnicas são reformuladas enquanto mutáveis, de modo que suas reações frente ao comportamento geral do Estado receptor formam as políticas de mobilização do futuro¹⁸².

Da mesma forma, relembramos o efeito da classe social nesta problemática: a capacidade econômica, assim como a raça e o grau de integração (ou aculturação) são fatores-chave enquanto determinam as condições sobre as quais indivíduos migrantes serão submetidos enquanto parte de sociedades multiétnicas dominadas por grupos de ascendência europeia. Flores estabelece a relação intrínseca entre a capacidade econômica dos diferentes migrantes e sua respectiva percepção do segregacionismo xenofóbico em suas sociedades receptoras: indivíduos migrantes com maior poder de compra serão necessariamente mais facilmente associados à cultura dominante, enquanto aqueles de menor poder aquisitivo serão mais expostos à violência sistêmica, tornando-se minorias racializadas¹⁸³. Como resultado, a transformação do ambiente político representativo para alocação de demandas em sociedades multiétnicas, como o caso da região de Andaluzia, será constantemente demarcada pelo segregacionismo racial cultural, ou seja, a etnicidade torna-se elemento de opressão estatal¹⁸⁴.

Por outro lado, os elementos de culturas dissidentes podem ser explorados a fins políticos sobre luz “positiva”: abandonando a agressividade da dicotomia “nós *versus* eles”, a cultura originária de uma comunidade em um contexto multicultural poderá tornar-se diacrítica, ou seja, seus elementos simbólicos serão simplificados e absorvidos, de modo que obtenham novas funções complementares àquela cultura dominante e suas respectivas

¹⁸¹ FLORES, 2015 : 240

¹⁸² FLORES, 2015 : 241, apud: WIMMER, 2008.

¹⁸³ FLORES, 2015 : 242

¹⁸⁴ TEZCÜR & GURSES, 2017 : 215

funções sociais¹⁸⁵. Naturalmente, a incorporação destes elementos com finalidades políticas serão também responsáveis por diferentes fenômenos de incorporação de grupos étnicos à realidade social sob a qual convivem: por exemplo, a gentrificação de bairros islâmicos acompanha diretamente a nova política de “islamofilia” desencadeada por integrantes do governo da região da Andaluzia, enquanto buscando uma “nova identidade andaluz”, diretamente diferenciável daquela central castelhana católica, ou seja, “multicultural e multirreligiosa”. O incentivo ao turismo cultural andaluz contribui com a gentrificação dos bairros de arquitetura islâmica histórica, apropriadas por novas elites econômicas andaluzas e medidas governamentais de lógica orientalista¹⁸⁶.

Aqui, entretanto, encontramos um impasse: como exposto, observamos os movimentos nacionalistas aqui citados e suas respectivas cargas simbólicas como movimentos construídos, ou seja, comunidades imaginadas. Neste sentido, como contestar a legitimidade de movimentos nacionalistas de cunho elitista e/ou segregacionistas sobre o princípio de autodeterminação dos povos? Ben-Israel nos demonstra a diferença fundamental entre os princípios em discussão: a autodeterminação dos povos corresponde ao direito de qualquer grupo de seres humanos em determinar-se enquanto comunidade de liderança própria. Por outro lado, o nacionalismo compreende a identidade comum e compartilhada entre todos os membros da concebida “nação”, ou seja, naturalmente rejeita a incorporação de identidades diversas à nação¹⁸⁷. O caso do território espanhol, em especial, observou a transformação advinda do processo democrático de federalização, enquanto não foi capaz de conciliar igualitariamente entre as regiões centrais e periféricas representatividade política e poder social. Referenciamos aqui a Constituição de 1978, conforme citada no Capítulo 2, e diferenciação latente estabelecida entre regiões: aquelas formadas por nacionalismos históricos e sua gama de traços culturais distintivos, e aquelas demais que não são dotadas de características fixas idiossincráticas, ou seja, não detêm uma identidade étnica comum¹⁸⁸.

Assim sendo, as elites andaluzas, como as demais regiões consideradas periféricas em relação ao centro de Madrid, procuram ativamente estabelecer sua independência política sobre as bases de sua “singularidade cultural”, utilizando-se da justificativa da construção multicultural histórica da região. Neste sentido, o “radicalismo pragmático” é a prática de escolha das elites políticas andaluzas, incorporando novos partidos nacionalistas-regionistas

¹⁸⁵ CUNHA, 2009 : 237

¹⁸⁶ DIETZ, 2004 : 1102

¹⁸⁷ BEN-ISRAEL, 1992 : 374

¹⁸⁸ DIETZ, 2004 : 1093, apud: SOLE, 1974; TURA, 1985.

ao plano político regional¹⁸⁹. A diferenciação constitucional entre regiões, por sua vez, é justificada por diferentes meios, sendo eles: o econômico, ou seja, garante-se o fortalecimento das respectivas elites locais enquanto partidárias da exportação de suas próprias características grupais na península e além; e a justificativa etno-nacionalista, que garante a co-existência de identidades nacionais não-espanholas nas regiões do segundo tipo¹⁹⁰.

Neste sentido, o movimento de transformação das identidades grupais é compreendido como parte do processo de transnacionalização dos Estados nacionais europeus, associada a fatores tais quais os novos fluxos migratórios contemporâneos, a emergência das questões de identidade e autoidentificação no contexto atual, assim como o crescimento generalizado dos movimentos nacionalistas na Europa Ocidental. Em meio à interação dos fatores citados anteriormente, dois efeitos simultâneos são observados: o enfraquecimento do ideário tradicional nacional europeu e a insurgência de movimentos nacionalistas contemporâneos, buscando “combater” a perda dos elementos nacionais frente à globalização, recorrendo a práticas como o saudosismo histórico e a xenofobia¹⁹¹. O enfraquecimento da lógica identitária nacional, por sua vez, pode ser igualmente associada à crescente recuperação da memória das e de laços culturais de identidades sub-nacionais dos Estados europeus como a Espanha, compostos por uma gama diversa de identidades culturais em constante contato e transformação¹⁹². Como resultado, os movimentos “vindos de dentro” colocam em xeque a imposição incontestável das identidades nacionais centralizadas, alimentando a importância dos regionalismos no cenário político-social doméstico e internacional. Deste modo, a “Europa de Regiões” vem a substituir gradualmente a tradicional “Europa de Estados”, contestando a legitimidade da “cidadania europeia universal”¹⁹³.

Ainda, o advento da globalização e as novas relações identitárias surgidas do contexto globalizado proporcionaram, conforme Schrock-Jacobson, um ambiente propício ao desenvolvimento de “nacionalismos perversos”, alimentados por propagandas massivas nacionalistas com base na desinformação, incitando perseguições de natureza político-social, étnicas e culturais, incitando antagonismos internos e externos às sociedades multiculturais tais quais as europeias¹⁹⁴. Os movimentos nacionalistas levantados por alas radicais, por sua

¹⁸⁹ DIETZ, 2004 : 1094, apud: SOLE, 1974; TURA, 1985.

¹⁹⁰ DIETZ, 2004 : 1093, apud: SOLE, 1974; TURA, 1985.

¹⁹¹ DIETZ, 2004 : 1088. apud: KING, 2000.

¹⁹² DIETZ, 2004: 1088. apud: HETTLAGE, 1996

¹⁹³ DIETZ, 2004 : 1089.

¹⁹⁴ UMBRASAS, 2017 : 30

vez, utilizam-se do discurso da globalização e a inserção de elementos e indivíduos “alheios à tradição nacional” como justificativa a alimentação de narrativas antagônicas, da “marginalização” das demandas e/ou representação política de partidos que evocam “direitos naturais” por parte dos nacionais. Neste sentido, “os outros”, constantemente referindo-se àqueles indivíduos em sociedades multiculturais alheios à identidade étnica dominante, negariam os direitos da “minoridade nacional”, construindo as “elites e globalistas” como inimigos nacionais, de modo a atrair a movimentação de massas à sua agenda¹⁹⁵.

O caso Espanhol observa essa lógica clara na retórica anti-marroquina do partido VOX¹⁹⁶. O partido de extrema-direita cresceu rapidamente em visibilidade política após a crise migratória na Europa em 2018. Utilizando-se de uma retórica abertamente xenofóbica e racista, porta-vozes do partido observam uma postura radical nacionalista, buscando o fortalecimento do caráter centralizado do Estado espanhol, advogando por respostas violentas de repressão aos movimentos separatistas da Catalunha e, acima de tudo, demandam a expulsão da população marroquina dos territórios espanhóis no Norte de África, nas cidades de Ceuta e Melilla¹⁹⁷. As duas cidades citadas correspondem à última instância de controle territorial europeu no continente africano pós-colonização e é uma das fronteiras mais militarizadas do mundo contemporâneo. Ainda assim, a cidade de Melilla é o principal meio de passagem de fluxos de refugiados e imigrantes, especialmente sub-Saarianos: ao alcançar o lado espanhol da fronteira Marrocos-Melilla, os refugiados são acometidos ao tratamento legislativo de proteção a refugiados, previsto pelos artigos 77º-II (ex-artigo 62º) ; 78 e 80 do Tratados de Funcionamento da União Europeia (TFUE) e artigo 18 da Cartilha de Direitos Fundamentais da União Europeia¹⁹⁸.

Artigo 77.2. Para efeitos do n.º 1, o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, adotam as medidas relativas:

a) À política comum de vistos e outros títulos de residência de curta duração;

¹⁹⁵ UMBRASAS, 2017 : 38

¹⁹⁶ Vox é um partido político de Espanha fundado em dezembro de 2013 por antigos militantes do Partido Popular. Vox tem sido descrito como um partido populista de direita a extrema-direita. O Partido VOX cresceu sobre a sombra da crise que afetou a presença política do partido da direita tradicional Partido Popular, acompanhando a tendência global da emergência do “populismo de direita”. A crise na Catalunha e as crises migratórias pós-2018 formaram a base discursiva do VOX, ultranacionalista, abertamente racista e anti-feminista. Atualmente, o VOX constitui o terceiro partido mais representado no Parlamento Espanhol, alimentando-se da retórica da “Reconquista” e da vitória da Espanha contra os “inimigos da nação”, ou seja, migrantes, separatistas e demais minorias sociais. SANTAMARINA, 2021.

¹⁹⁷ CHRISTENSEN, 2020 : 22.

¹⁹⁸ EUROPEAN PARLIAMENT, 2022.

- b) Aos controlos a que são submetidas as pessoas que transpõem as fronteiras externas;
- c) Às condições aplicáveis à livre circulação de nacionais de países terceiros na União durante um curto período;
- d) A qualquer medida necessária à introdução gradual de um sistema integrado de gestão das fronteiras externas;
- e) À ausência de quaisquer controlos de pessoas, independentemente da sua nacionalidade, na passagem das fronteiras internas.

Artigo 78.o 1. A União desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de proteção subsidiária e de proteção temporária, destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de proteção internacional e a garantir a observância do princípio da não repulsão. Esta política deve estar em conformidade com a Convenção de Genebra, de 28 de julho de 1951, e o Protocolo, de 31 de janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e com os outros tratados pertinentes. 2. Para efeitos do n.o 1, o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, adotam as medidas relativas a um sistema europeu comum de asilo que inclua: a) Um estatuto uniforme de asilo para os nacionais de países terceiros, válido em toda a União; b) Um estatuto uniforme de proteção subsidiária para os nacionais de países terceiros que, sem obterem o asilo europeu, careçam de proteção internacional; c) Um sistema comum que vise, em caso de afluxo maciço, a proteção temporária das pessoas deslocadas; d) Procedimentos comuns em matéria de concessão e retirada do estatuto uniforme de asilo ou de proteção subsidiária; e) Critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo ou de proteção subsidiária; f) Normas relativas às condições de acolhimento dos requerentes de asilo ou de proteção subsidiária; g) A parceria e a cooperação com países terceiros, para a gestão dos fluxos de requerentes de asilo ou de proteção subsidiária ou temporária. 3. No caso de um ou mais Estados-Membros serem confrontados com uma situação de emergência, caracterizada por um súbito fluxo de nacionais de países terceiros, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode adotar medidas provisórias a favor desse ou desses Estados-Membros. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.

Artigo 80.o As políticas da União referidas no presente capítulo e a sua execução são regidas pelo princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros, inclusive no plano financeiro. Sempre que necessário, os atos da União adotados por força do presente capítulo conterão medidas adequadas para a aplicação desse princípio.

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA (VERSÃO CONSOLIDADA). 2016.

Artigo 18.o Direito de asilo. É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e do Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao estatuto dos refugiados, e nos termos do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia. **CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA. 2000.**

Não obstante, o VOX demanda a fechada permanente das fronteiras com o Marrocos e a prevenção da travessia por terra de milhões de marroquinos na Espanha. O partido argumenta a responsabilidade de uma resposta forçada de retirada de marroquinos já alocados no país europeu, ilegalmente ou não. Naturalmente, observamos a utilização da retórica agressivamente xenofóbica e “anti-mouro” para a mobilização de massa eleitoral após as crises migratórias recentes no continente europeu. O partido VOX, assim como demais partidos incorporados pela guinada à extrema-direita na Europa Ocidental nos últimos anos, utiliza-se da ferramenta do nacionalismo racista baseado no *shock-factor* midiático para elevar-se do status de irrelevância política o qual observou até meados de 2015. Neste sentido, figuras como Carlo Verdugo, porta-voz do VOX na região de Ceuta, despregam discursos de ódio abertamente, incentivando movimentos anti-marroquinos com base na “retirada” da cidadania espanhola de descendentes marroquinos e sua expulsão para o Marrocos¹⁹⁹.

Relembrando a perspectiva dos nacionalismos perversos sobre a ótica de Schrock-Jacobson, o nacionalismo será um dos principais fatores de estopim de conflitos domésticos e internacionais: a retórica dos “inimigos nacionais” é constantemente ferramenta de manobra de grupos e/ou partidos radicais para a mobilização de apoio político e recursos estatais para o combate (violento ou diplomático) dos não-nacionais e sua “agenda de perversão dos ideais nacionais”²⁰⁰. No contexto contemporâneo, a lógica da defesa da “soberania nacional” contrária aos efeitos da globalização constantemente será evocada, de modo a incitar conflitos entre grupos domésticos e/ou no plano externo. Neste sentido, conflitos de anexação de territórios pré-coloniais, como o caso das cidades de Ceuta e Melilla sob o controle espanhol, serão constantemente movimentados com base na fábula da recuperação do domínio do território “usurpado” por “inimigos da nação”²⁰¹. Como relembra Ernest Gellner, será intolerável sobre a lógica do nacionalismo que a liderança de um território marcado por um identidade étnica dominante seja realizada ou influenciada por indivíduos ou grupos das demais identidades, ainda que estas coexistam no território em questão. A “violação” do princípio da propriedade política será objeto de conflito, podendo resultar em manobras estatais como a incorporação de territórios de outros Estados sob a

¹⁹⁹ THE NORTH AFRICA POST, 2021.

²⁰⁰ UMBRASAS, 2017 : 38

²⁰¹ SCHROCK-JACOBSON, 2021 : 828

justificativa de defesa dos “nacionais”; a invasão e tomada do poder de um grupo sobre outros e/ou a dominação de uma nação sobre outra.²⁰²

Como resultado, partidos como o VOX constantemente utilizam-se da retórica nacionalista para a defesa de suas agendas políticas, econômicas e sociais além do domínio do Estado o qual observam. O presidente do VOX, Santiago Abascal, critica abertamente as políticas conciliadoras do governo espanhol frente às problemáticas territoriais no Mediterrâneo, especialmente direcionadas à vilanização do Marrocos em questões tais quais a defesa das fronteiras de Melilla, o avanço da Frente Polisário e o movimento separatista no Saara Ocidental, entre outros episódios de relevância internacional²⁰³. O princípio nacionalista como ferramenta de legitimação de manobras, como já citado neste trabalho, não será facilmente revogado: constantemente alimentando-se da memória coletiva dos símbolos que prega, as culturas e grupos das quais se embebe de legitimidade são constantemente transformadas no contexto contemporâneo, modificando-se conforme necessário para a permanência do sentimento de direito natural na massa que movimenta e seus respectivos líderes. Conforme seu caráter construído, o nacionalismo de contraste modifica os símbolos em sua retórica de acordo com suas respectivas necessidades nas condições sociopolíticas às quais prescreve sua nação ou aquele Estado.²⁰⁴

Evidentemente, a relação entre espanhóis castelhanos e marroquinos é historicamente objeto de manobras de segregação e limpeza étnica, constantemente sendo ferramenta de contraste entre grupos diretamente interligados desde a Antiguidade com finalidades políticas: um marco levantado por Elena Arigita para simbolizar essa dicotomia é o Decreto de Expulsão dos Mouriscos em 1609, que foi objeto de comemorações públicas em 2009 na Espanha, além dos diversos episódios de expulsão forçada patrocinadas pelo Estado desde meados do século XVI²⁰⁵. Atualmente, a permanência da lógica da expulsão forçada, patrocinada por partidos de extrema-direita como o VOX, acompanha as crescentes taxas de migração de não-europeus e não-brancos em direção à Europa, especialmente em razão da herança colonial dos Estados anfitriões²⁰⁶. Neste quadro, a retórica da dissolução dos elementos nacionais em função da “ameaça” migrante surge com a finalidade de pesar favores à identidade étnica dominante e sua respectiva agenda política nas relações conflituosas internas ligadas a identidades, relações de inclusão e exclusão.²⁰⁷

²⁰² GELLNER, 1983 : 1

²⁰³ THE NORTH AFRICA POST, 2021.

²⁰⁴ BEN-ISRAEL, 1992 : 388

²⁰⁵ ARIGITA, 2018 : 238

²⁰⁶ DIETZ, 2004 : 4, apud: ARANGO, 2000.

²⁰⁷ DIETZ, 2004 : 1088

Por conseguinte, a política da memória é transformada enquanto é incorporada por atores do centro político de poder, tornando-se parte da lógica simbólica saudosista dos grupos detentores de poder acima dos demais, convertendo a memória coletiva em um instrumento de dominação que é capaz de restringir quais indivíduos a compõem e dela usufruem. A memória da “superação da tragédia”, conforme Arigita, é especialmente evocada nos casos de dominação político-social nacionalista: episódios históricos tais quais a Conquista Ibérica de 711 serão transformados sob a luz das problemáticas contemporâneas, de forma a legitimar manobras e discursos islamofóbicos e “anti-mouro” na Espanha. Contudo, demais episódios da historiografia espanhola, como a limpeza étnica da Santa Inquisição e episódios de violência xenófoba generalizada, como o de El Ejido são convenientemente deixados de lado, não incorporando a retórica da memória coletiva. Como descreve Arigita, o nacionalismo saudosista seria menos coercitivo se “erros da nação” fossem concebidos enquanto semeia-se o discurso do direito primordial²⁰⁸.

O Marrocos, por sua vez, observa um grande fluxo migratório contemporâneo, enquanto permanece em posição subordinada na lógica pós-colonial frente à União Europeia e os Estados que a compõem, nomeadamente Espanha e França. A Espanha, contudo, é o último país europeu a defender territórios ocupados na África durante o período colonial, trabalhando ativamente para impedir o escoamento de norte-africanos e subsaarianos em solo europeu. Não estranhamente, o discurso do “mouro violento” é historicamente evocado pela Espanha, entre outros casos, durante o avanço colonialista espanhol sobre a região do Rif e o Saara Ocidental: dentre as diversas justificativas que buscaram dismantelar a resistência anti-europeia no Marrocos durante o período colonial, aquela da “manutenção da paz” internamente ao sultanato marroquino no século XIX e início do século XX foi a mais proeminente delas, alimentando-se da figura do mouro “fanático”, ferrenhamente islamofóbica e racista, culminando na efetivação do protetorado francês e a manutenção do domínio político territorial da Espanha sobre os espaços ocupados no Norte da África²⁰⁹.

Ainda assim, a resistência da monarquia com base na sharia (lei islâmica), pilar secular de governo no Marrocos, manteve-se enquanto prevalece como modelo de governo até a contemporaneidade, sobrevivendo o domínio colonial e a independência formal da França em 1956. Contudo, a memória de resistências anti-coloniais como a República do

²⁰⁸ ARIGITA, 2018 : 3, apud: WINTER, 2001.

²⁰⁹ AIXELÁ-CABRÉ, 2017.

Rif²¹⁰ não foi suficiente para suprir os efeitos econômicos e sociais a longo prazo do pós-colonização já no longo século XX. Seguindo longas décadas de instabilidade econômica, a transformação produtiva no Marrocos assinalou a transição tardia do modelo econômico de maioria agrícola àquele urbano. No período de 1970-80, pela primeira vez, a maioria da população do Marrocos não seria mais camponesa. Neste mesmo período, poucos anos depois da jovem independência, a introdução de políticas de combate ao analfabetismo e o *boom* de centros universitários nas ex-colônias do século XX levantaram novas ondas de descontentamento político e social. Neste mesmo momento, a expansão aguda do movimento operário e o crescimento acelerado na população total do Terceiro Mundo observaram paralelamente a introdução dos grandes movimentos migratórios via ex-colônias em direção à Europa, em grandes números partindo do Norte da África²¹¹.

Não obstante, os efeitos da Grande Depressão foram sentidos em grande escala sobre as remanescentes massas camponesas na região, assim como as emergentes classes operárias urbanas de baixa renda, ainda mais empobrecidas vide o fluxo monetário colônia-metrópole que se manteve até a década de 50. Desde a independência, três reinados tomaram lugar no Marrocos enquanto suprimiram com sucesso a emergência de reformas de cunho de classe: Mohammed V garantiu o controle indireto de França e Espanha sobre o território após a assinatura do Tratado de Fes²¹². Após a independência, Mohammed V garantiu o controle total sobre a elites econômicas urbanas e rurais por intermédio de agentes de segurança pública franceses remanescentes, mantendo a inviolabilidade da monarquia enquanto explorando os contrastes entre os grupos sociais emergentes na década de 60, assim como a disputa entre socialistas e nacionalistas. O rei desencorajou o combate à monarquia, apresentando-se como o intermédio de defesa dos princípios tradicionais islâmicos²¹³.

Foi a partir do governo do rei Hassan II (1961) que manobras abertamente violentas de cooptação do setor operário do Marrocos foram desdobradas, contando com a prisão e perseguição de membros de partidos de oposição à monarquia, além de comunidades operárias como a *Confédération Démocratique du Travail* - CDT. Na década de 80, a situação econômica da maior parcela da população foi depreciada, em razão da adoção por Hassan II do Plano de Ajuste Econômico do Fundo Monetário Internacional. De modo a pacificar as

²¹⁰ A República do Rif foi proclamada pelo líder Abd el-Krim durante a Guerra do Rif em 1923. A Guerra do Rif (1921 - 1926) envolveu as guerrilhas de resistência Berber contra o domínio colonial espanhol e francês na região. BRITANNICA, 2021.

²¹¹ HOBSBAWM, 1995 : 268

²¹² O sultão Abd al-Hāfiz assinou o Tratado de Fes (1912) garantindo o protetorado francês no Marrocos, em troca de proteção contra as rebeliões tribais anti-colonialistas na região, e a manutenção da sua linhagem no sultanato. BRITANNICA, 2022.

²¹³ MEKOUAR, 2013 : 155.

movimentações trabalhistas e religiosas e suas demandas, o rei introduziu um processo de incorporação gradual das lideranças de partidos de esquerda e opositores à “redistribuição” do poder governamental, enquanto as medidas econômicas foram mantidas sem realocação de recursos. Em 1999, Mohammed VI, atual governante da monarquia parlamentarista do Marrocos, assumiu o governo de seu pai com mínima movimentação opositora. Para garantir a sobrevivência da monarquia, diversas revisões constitucionais foram realizadas desde o governo de Hassan II, sempre mantendo cláusulas que garantem a hegemonia do Palácio sobre as demais casas parlamentares e todos assuntos de Estado²¹⁴. O movimento de 20 de fevereiro sob o advento da Primavera Árabe no Marrocos foi marcado pela “persistência da autocracia” e o chamado “paradigma da pós-democratização”, alimentados por um sentimento generalizado de impotência e desilusão (“*ihbat*”) frente a “natureza aparentemente imutável da dinâmica do autoritarismo árabe”. A reformulação constitucional, inicialmente bem recebida, logo foi desmascarada como uma nova manobra de manutenção do status quo vigente, enquanto suprimindo velhas agendas políticas e rejeitando as novas demandas populares²¹⁵.

Desde a independência do país em 1956, portanto, a emigração marroquina tem se transformado, enquanto mais diversa e complexa. O Marrocos tornou-se um dos maiores contingentes de emigrantes, com aproximadamente 4 milhões de deslocados saindo do país. Igualmente, os fluxos de migração laboral algerianos contribuíram com a balança da migração laboral marroquina, ambas intrinsecamente associadas aos efeitos de longo prazo da iniciativa pós-colonial. A partir dos anos 80, a Espanha tornou-se um dos principais destinos da migração laboral marroquina, em razão da grande demanda por mão-de-obra de baixa remuneração (constantemente ilegal) em setores como a agricultura, a construção civil, serviços de babá e outros de baixa especialização. Neste período, contudo, a migração laboral marroquina assumia um caráter pendular, enquanto o livre trajeto no Estreito de Gibraltar permitia o livre retorno dos trabalhadores. Entretanto, com o advento do trabalho temporário, ou “*guest work*”, o controle fronteiriço recrudescceu enquanto implicou em altas restrições à migração de trabalho, ao requerimento de visas após o Tratado de Schengen e, conseqüentemente, o aumento da permanência “ilegal” de trabalhadores marroquinos em solo espanhol, em função da permanente alta demanda por trabalho²¹⁶.

²¹⁴ MEKOUAR, 2013 : 158.

²¹⁵ BELGHAZI & MOUDDEN, 2015. apud: BARARI, 2015.

²¹⁶ BERRIANE et. al. 2015.

Torna-se evidente, neste sentido, o papel sistêmico da inter-relação histórica pós-colonial entre Marrocos e Espanha enquanto fator determinante dos fluxos migratórios contemporâneos, consequentemente transformando as sociedades europeias (ex-metrópoles) em centros sociais multiétnicos. Contudo o paradigma eurocêntrico, também associado à construção acadêmica dos estudos migratórios, constantemente demarca o fluxo migratório Marrocos-Europa (além dos demais fluxos norte-africanos e subsaarianos que encontram o Estreito de Gibraltar como válvula de escape) como uma “problemática” a ser corrigida/evitada, incentivando não somente a resposta imediata de países europeus de recrudescimento do controle fronteiriço, assim como a responsabilização dos respectivos países de saída pelo controle de fronteiras europeias como, por exemplo, o papel do Marrocos no controle e repressão dos fluxos migratórios subsaarianos direcionados a Ceuta e Melilla²¹⁷.

Esta lógica de realocação de responsabilidades, por sua vez, fragiliza a posição do Marrocos enquanto procura manter favoráveis suas relações externas: os formuladores de políticas migratórias no país, por sua vez, necessitam observar não somente o grau de suas demandas domésticas por migração e sua posição de passagem para diversos fluxos migratórios contemporâneos, mas também procuram condizer com medidas e pressões estrangeiras, essencialmente buscando manter bons laços diplomáticos e comerciais com seus vizinhos europeus. Ainda, há grande preocupação frente à reputação internacional do país enquanto observa normas internacionais de defesa dos direitos humanos, procura manter laços amigáveis em relação aos demais países africanos, e prevê seus próprios interesses geopolíticos e econômicos. Torna-se crucial, portanto, contestar a legitimidade do paradigma eurocêntrico frente às migrações contemporâneas, buscando compreendê-las sobre a luz de suas próprias experiências sociais complexas, assim como seu papel como agentes de transformação econômica, política e social nas sociedades às quais diz respeito. Assim, compreendemos o papel fundamental da interligação histórica entre Marrocos e Espanha, enquanto observamos a migração como fator de base para maiores impactos de cunho econômico e social, enquanto transformam-se as respectivas respostas governamentais ao fenômeno²¹⁸.

A crise espanhola de 2008 introduziu uma queda significativa nos empregos, enquanto a taxa de desemprego triplicou de 2007 a 2013, alcançando a taxa significativa de 27.3%. Ainda, o aumento significativo no desemprego pós-crise acompanha uma tendência histórica na Espanha que, em relação aos seus vizinhos europeus como Alemanha e França,

²¹⁷ BERRIANE et. al. 2015.

²¹⁸ BERRIANE et. al. 2015.

carregou taxas mais altas de desemprego desde a década de 80²¹⁹. Ao mesmo tempo, os efeitos da crise no mercado de trabalho afetaram o setor imigrante no país de forma assimétrica. O setor de construção civil tem atraído um fluxo de imigrantes intenso, alcançando a marca de aproximadamente 5 milhões de empregados em 2007. Da mesma forma, o setor agrícola e demais serviços de base ofereciam um grande número de vagas, em sua maioria não desejáveis aos espanhóis nativos, concentrando-se nas mãos dos imigrantes de maioria norte-africana e latino-americana. A crise, contudo, implicou na perda significativa de empregos imigrantes, contabilizando atualmente uma taxa de desemprego 8% maior daquela de espanhóis nativos²²⁰.

A relação entre o terrorismo racista e a ascensão do populismo xenófobo é complexa e está inserida nas condições espaciais do racismo institucional. De fato, os fundamentos onde o populismo xenófobo prospera são produzidos através do racismo estrutural, como a urbanização de um sistema social, econômico e político de exploração racial. Assim, as instituições desempenham um papel fundamental na reprodução dos conflitos racistas no bairro, na urbanização dos regimes fronteiriços e no entrelaçamento entre partidos políticos, grupos neonazistas, vizinhos e polícia na politização das desigualdades cotidianas. **SANTAMARINA, 2021 : 7. (Tradução da autora)**

Conforme a discussão do Capítulo 2, observamos o crescimento acentuado dos fluxos migratórios em direção à Espanha, majoritariamente provenientes do Norte da África e Marrocos, compondo a maior população migrante no país com aproximadamente 712 mil, conforme a Tabela 1²²¹. Pautando sua retórica no sentimento xenofóbico e racismo institucionalizado, partidos como o VOX procuram fortalecer sua base política atraindo votos não somente das classes dominantes conservadoras, mas do operariado ou “*español que madruga*”, ocultando uma agenda ferrenhamente neoliberal com o discurso nacionalista do saudosismo às “raízes espanholas tradicionais”. O fortalecimento do VOX demonstra, novamente, a força política transnacional da guinada ultranacionalista de direita radical na Europa na última década²²².

²¹⁹ REAL INSTITUTO ELCANO, 2017.

²²⁰ REAL INSTITUTO ELCANO, 2017.

²²¹ DIETZ, 2004 : 4, apud: ARANGO, 2000.

²²² SANTAMARINA, 2021 : 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

modernidades negras -

Phanom/Fanon?

atila indende

O mito das nações

Forjando a pátria

O nacionalismo tem sido historicamente objeto norteador de conflitos domésticos e internacionais de diversas naturezas, desde étnicas a ideológicas. Entretanto, nas últimas duas décadas, o nacionalismo, especialmente aquele associado aos setores da direita radical internacional, tem sido constantemente referido por grupos separatistas e setores revisionistas das sociedades do Ocidente para pautar a elevação de suas respectivas agendas políticas, marcadamente segregacionistas e xenófobas. Neste sentido, é o argumento do “direito à autoidentificação”, associado à construção de uma identidade comunitária enquanto exclusiva dentro de um Estado que permite a legitimação do ideário da “nação de alguns e não de todos”, permitindo a propagação da agenda política de grupos da antiga periferia representativa da direita radical.

O continente europeu, em especial, tem observado uma feroz guinada à direita radical após a década de 80, ganhando maior espaço após as crises migratórias que prosseguiram a Crise de 2008, que abalaram as antigas normativas de identidade e segurança pública nos territórios da Europa Ocidental. O crescimento acelerado dos fluxos migratórios provenientes de países do Norte da África e África Subsaariana, conjuntamente ao cenário da perda do poder de compra real e a correspondente deterioração do padrão de vida do cidadão médio europeu, serviram como catalisadores do discurso nacionalista radical como uma opção de “retorno aos dias gloriosos”, observando a construção de narrativas fantásticas, pautando-se em mitos históricos e antigos embates étnicos para criar o “inimigo nacional”,

convenientemente direcionado à minorias étnicas, raciais e religiosas, ou os “beneficiários da elite globalista”. Esse trabalho teve como objetivo principal explorar a relação instrumentalista dos nacionalismos radicais contemporâneos e a falácia das lógicas da “defesa da nação contra o ‘inimigo nacional’”, constantemente evocadas por grupos da velha elite econômica e política para amontar apoio da massa operária média nativa às suas agendas de cunho neoliberal. Para fazê-lo, a autora desenvolveu uma pesquisa bibliográfica, incorporada a um estudo de caso direcionado à Espanha e seu respectivo levante nacionalista radical e a construção da figura do “mouro inimigo” para legitimá-lo, utilizando-se dos setores migrantes muçulmanos, especialmente marroquinos, como alvo de sua perseguição política.

Como resultado, foi possível observar consonância entre o material teórico reservado pela autora e o desenvolvimento do caso em estudo. Em primeiro lugar, torna-se clara a construção tradicional do nacionalismo radical dotado de elementos saudosistas e simbólicos. No caso da Espanha, o principal ator em escala política representativa responsável por essa construção será o partido VOX, que se elevou na última década da irrelevância política para uma forte presença representativa no cenário político doméstico e internacional espanhol. O discurso do partido é intrinsecamente comprometido com a legitimação de sua agenda política e econômica a partir da linguagem espetaculosa direcionada à mídia, abertamente racista, xenófoba, islamofóbica e anunciadamente anti-Marrocos.

De modo a concentrar apoio público, o partido apela para o saudosismo ao “*español que madrugaba*”, ou o trabalhador médio que observou seu padrão de consumo diminuir ao longo da crise de desemprego que, até o momento atual, coloca a Espanha como detentor de uma das maiores taxas de desemprego no continente europeu Ocidental. Deste modo, o sentimento comunitário anti-imigrante é alimentado, enquanto observam-se os “culpados” pelo desemprego do espanhol castelhano nativo como os imigrantes, ainda que sejam espanhóis descendentes de imigrantes árabes ou subsaarianos. Ainda nesta lógica, constrói-se a fábula do “inimigo mouro”, assim como o “cavalo de Tróia” das mulheres muçulmanas imigrantes grávidas que procuram alcançar o país para “conquistá-lo por dentro”. Contudo, foi explorada neste trabalho a face real do desemprego na Espanha, que afeta em maior escala aqueles setores que empregam mão-de-obra migrante, frequentemente não documentada, como a construção civil.

Observando o princípio básico nacionalista, a legitimidade da “nação espanhola castelhana branca e cristã” torna-se o eixo principal a que se refere a identificação tácita a

nível cultural e político, como prescreveu Ernest Gellner²²³. Compreendemos, como apresentado neste trabalho e sua respectiva tese, que a utilização do princípio nacionalista radical é uma expressão geral do desmembramento da “Europa de Estados” que, enquanto observa as novas tendências humanas de autoidentificação e descentralização política dos Estados nacionais associado à globalização, busca combater a transformação do *status quo* dos setores políticos e econômicos tradicionais, utilizando-se da subjugação da massa humana daqueles países de posição internacional vulnerável, tais quais as ex-colônias europeias, para legitimar a guinada reacionária de “retorno ao passado glorioso”.

Consequentemente, a glorificação do passado imemorial não compreende as “falhas” ou momentos perversos da história do país e da respectiva cultura que se transforma em símbolo. A chave principal que permite a legitimação de uma agenda política conservadora radical será aquela do “direito natural”, ou seja, é impossível privar um grupo étnico nacional de seu direito “inato” a autogoverno e a elevação de suas demandas, ainda que implique na subjugação ou perseguição violenta daqueles indivíduos e comunidades que não prescrevem a “nação”, ou seja, os “outros”. Não surpreendentemente, as culturas evocadas e transformadas em símbolos são constantemente privadas de sua complexidade histórica e verdadeiros princípios, especialmente aqueles de cunho religioso. É neste quadro que episódios violentos tal qual o de El Ejido, apresentado neste trabalho, são legitimados sobre a luz da “defesa da nação”.

Finalmente, observamos a proeminência do fator racial como um dos principais marcadores da dicotomia “nós” vs “eles” nas sociedades europeias contemporâneas, sendo a variável fenotípica capaz de privar indivíduos que não compõem o “nós” de algum dia integrar a nação, demarcando constantemente a marginalização social e a diferença latente em oportunidades sociais e econômicas. Dada a exposta grande complexidade da matéria do nacionalismo e sua relevância no contexto das Relações Internacionais contemporâneas, a autora deste trabalho propõe o desenvolvimento de maiores pesquisas relacionadas à matéria do nacionalismo e seus respectivos efeitos sobre o sistema internacional²²⁴.

²²³ GELLNER, 1983 : 55

²²⁴ O autor aqui as descreve como “não-ambíguas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIGITA, Elena. **Narratives on the margins of history: memory and the commemoration of the Moriscos.** *The Journal of North African Studies*, v. 24, n. 1, p. 134-151, 2019.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político.** *Mana*, v. 12, p. 39-68, 2006.

BERRIANE, Mohamed; de HAAS, Hein; NATTER, Katharina. **Introduction: revisiting Moroccan migration.** *The Journal of North African Studies*, 20:4. 2015. 503-521, DOI: 10.1080/13629387.2015.1065036.

BEN-ISRAEL, Hedva. **“Nationalism in Historical Perspective.”** *Journal of International Affairs*, vol. 45, no. 2, Temporary Publisher, 1992, pp. 367–97. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24357362>. Acesso em: 03/06/2022.

BERNECKER, W. L. (2016). **NACIÓN, NACIONALISMO Y NACIONALIZACIÓN EN ESPAÑA: EL DEBATE CONTINÚA / NATION, NATIONALISM AND NATIONALIZATION IN SPAIN: THE DEBATE CONTINUES.** *Iberoamericana (2001-)*, 16(61), 267–280. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43901415>. Acesso em: 03/06/2022.

CEDERMAN, Lars-Erik, et al. **“Testing Clausewitz: Nationalism, Mass Mobilization, and the Severity of War.”** *International Organization*, vol. 65, no. 4, [MIT Press, University of Wisconsin Press, Cambridge University Press, International Organization Foundation], 2011, pp. 605–38, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23016228>. Acesso em: 03/02/2022.

CHISLETT, William. **The Conundrum of Spain 's Recovering Economy and Stubbornly High Unemployment.** REAL INSTITUTO ANCANO. 2017. Disponível em:

<https://www.realinstitutoelcano.org/en/analyses/the-conundrum-of-spains-recovering-economy-and-stubbornly-high-unemployment/>. Acesso em 15/01/2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Etnicidade: da cultura residual mas irredutível**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAWISHA, Aaded. **“Nation and Nationalism: Historical Antecedents to Contemporary Debates.”** *International Studies Review*, vol. 4, no. 1, [International Studies Association, Wiley], 2002, pp. 3–22, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3186272>. Acesso em: 03/02/2022.

EL PAÍS. **VECINOS DE EL EJIDO ARMADOS CON BARRAS DE HIERRO ATACAN A LOS INMIGRANTES Y DESTROZAN SUS LOCALES.** 2000. Disponível em: https://elpais.com/diario/2000/02/07/espana/949878022_850215.html. Acesso em 02/11/2022.

ENRÍQUEZ, Carmen G. **El Numero de Musulmanes en España.** Real Instituto Elcano. Observatorio Andalusi y la Unión de Comunidades Islámicas. 2017. Disponível em: <https://www.realinstitutoelcano.org/el-numero-de-musulmanes-en-espana/>. Acesso em 15/11/22.

EUROPEAN PARLIAMENT. SANDU, Georgiana. **Fact Sheets on the European Union. Asylum Policy.** 2022. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/151/asylum-policy#:~:text=The%20aim%20of%20the%20EU's,a%20Common%20European%20Asylum%20System>. Acesso em: 06/01/2023

FLESLER, Daniela. **De la inmigración marroquí a la invasión mora: discursos pasados y presentes del (des) encuentro entre España y Marruecos.** *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, p. 73-88, 2001.

FLORES, René D. “The Resurgence of Race in Spain: Perceptions of Discrimination Among Immigrants.” *Social Forces*, vol. 94, no. 1, 2015, pp. 237–69. 2015. *JSTOR*. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24754252>. Acesso em: 18/10/2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 24 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism.** Cornell University Press, 2008.

GREENFELD, Liah. **“The Political Significance of Culture.”** *The Brown Journal of World Affairs*, vol. 4, no. 1, 1997, pp. 187–95. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/24590075>. Acesso em 02/02/2023.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**—Programa. Mito e Realidade. 5ª, 1992.

HØIGILT, Jacob. **Dispatches from the Arab Spring: Understanding the New Middle East.** 2014.

IBRAHIM, Areeg. **“LITERATURE OF THE CONVERTS IN EARLY MODERN SPAIN: NATIONALISM AND RELIGIOUS DISSIMULATION OF MINORITIES.”** *Comparative Literature Studies*, vol. 45, no. 2, 2008, pp. 210–27. *JSTOR*. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25659650>. Acesso em 19/10/ 2022.

INSTITUTO UNIVERSITARIO DE OBSERVACIÓN ORTEGA MARAÑÓN. **ILSEG - Investigación Longitudinal sobre la Segunda Generación.** 2022. Disponível em: <https://iuiog.com/investigacion/proyecto-ilseg/>. Acesso em 27/05/2022.

MAOZ, ZEEV & ERROL A. Henderson. **“Religion and World Politics: An Integrated Theoretical Perspective.”** *Scriptures, Shrines, Scapegoats, and World Politics: Religious Sources of Conflict and*

Cooperation in the Modern Era. University of Michigan Press, 2020, pp. 62–114, Disponível em <http://www.jstor.org/stable/10.3998/mpub.11353856.6>. Acesso em 27/05/2022.

PAULA, Eurípedes Simões de. **Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade**. 1946.

de RENÓ MACHADO, Igor José. “**Estado-Nação, Identidade-Para-o-Mercado e Representações de Nação.**” *Revista de Antropologia*, vol. 47, no. 1, Revista de Antropologia, 2004, pp. 207–34, <http://www.jstor.org/stable/41616419>. Acesso em 27/05/2022.

SANTAMARINA, Ana. **The Spatial Politics of Far-right Populism: VOX, Anti-fascism and Neighbourhood Solidarity in Madrid City.** *Critical Sociology*, 47(6), 891–905. <https://doi.org/10.1177/0896920520962562>. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0896920520962562>. Acesso em 27/04/2022.

SCHROCK-JACOBSON, Gretchen. “**The Violent Consequences of the Nation: Nationalism and the Initiation of Interstate War.**” *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 56, no. 5, Sage Publications, Inc., 2012, pp. 825–52, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23414712>. Acesso em 27/04/2022.

TAIEB, Belghazi & ABDELHAY, Moudden, **Ihbat: Disillusionment and the Arab Spring in Morocco**, *The Journal of North African Studies*, 21:1, 37-49. 2016. DOI: 10.1080/13629387.2015.1084097.

TEZCÜR & GÜRSER. “**Ethnic Exclusion and Mobilization: The Kurdish Conflict in Turkey.**” *Comparative Politics*, vol. 49, no. 2, Comparative Politics, Ph.D. Programs in Political Science, City University of New York, 2017, pp. 213–30. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24886198>. Acesso em 25/04/2022.

THE NORTH AFRICA POST. **Spain’s VOX reveals racist face, asks Madrid to close borders with Morocco.** 31 de maio de 2022. Disponível em: <https://northafricapost.com/50072-spains-vox-reveals-racist-face-asks-madrid-to-close-borders-with-morocco.html>. Acesso em: 05/01/2023.

THE NORTH AFRICA POST. **Spain’s Vox wants to expel Moroccans from Ceuta.** 3 de julho de 2021. Disponível em: <https://northafricapost.com/50869-spains-vox-wants-to-expel-moroccans-from-ceuta.html>. Acesso em: 05/01/2023.

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA (VERSÃO CONSOLIDADA). 2016. Disponível em: <https://portal.oa.pt/publicacoes/informacao-juridica/uniao-europeia/direito-da-uniao-europeia/acordos-e-tratados/tratado-sobre-o-funcionamento-da-uniao-europeia/>. Acesso em 11/01/2023.

UMBRASAS, Karl. “**Psychopolitics of the Current Nationalism.**” *Journal of Strategic Security*, vol. 10, no. 4, University of South Florida Board of Trustees, 2017, pp. 29–41, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26466767>. Acesso em 27/04/2022.

UNESCO. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935.** Edição por Albert Adu Boahen. 2.ed. rev. Brasília, 2010.

WOODWELL, Douglas. **Nationalism in International Relations: Norms, Foreign Policy, and Enmity.** *Journal of Peace Research*. 2007. 47. 10.2307/20798950

